

**Regina Célia Passos  
Ribeiro de Campos**

# **PORTAL GEINE DE INCLUSÃO ESCOLAR**





Regina Célia Passos Ribeiro de Campos

PORTAL GEINE  
DE INCLUSÃO ESCOLAR

EDITORA CRV  
Curitiba - Brasil  
2017

Copyright © da Editora CRV Ltda.

**Editor-chefe:** Railson Moura

**Diagramação e Capa:** Editora CRV

**Ilustração da Capa:** Portal GEINE de Inclusão Escolar

Rodrigo Zeferino e Leonardo Freitas

**Revisão:** A Autora

**Conselho Editorial:**

Prof.ª Dr.ª Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR)	Prof. Dr. João Adalberto Campato Junior (FAP - SP)
Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)	Prof. Dr. Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
Prof. Dr. Carlos Alberto Vilar Estêvão	Prof. Dr. Leonel Severo Rocha (URI)
- (Universidade do Minho, UMINHO, Portugal)	Prof.ª Dr.ª Lourdes Helena da Silva (UFV)
Prof. Dr. Carlos Federico Dominguez Avila (UNIEURO - DF)	Prof.ª Dr.ª Josania Portela (UFPI)
Prof.ª Dr.ª Carmen Tereza Velanga (UNIR)	Prof.ª Dr.ª Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNICAMP)
Prof. Dr. Celso Conti (UFSCar)	Prof.ª Dr.ª Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
Prof. Dr. Cesar Gerónimo Tello	Prof. Dr. Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL - MG)
- (Universidad Nacional de Três de Febrero - Argentina)	Prof. Dr. Rodrigo Pratte-Santos (UFES)
Prof.ª Dr.ª Elione Maria Nogueira Diogenes (UFAL)	Prof.ª Dr.ª Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)
Prof. Dr. Élsio José Corá (Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS)	Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
Prof.ª Dr.ª Gloria Fariñas León (Universidade de La Havana – Cuba)	Prof.ª Dr.ª Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)
Prof. Dr. Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)	Prof.ª Dr.ª Sydione Santos (UEPG PR)
Prof. Dr. Guillermo Arias Beatón (Universidade de La Havana – Cuba)	Prof. Dr. Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
	Prof.ª Dr.ª Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)

Este livro foi aprovado pelo conselho editorial.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

C216p

Campos, Regina Célia Passos Ribeiro de  
Portal GEINE de inclusão escolar / Regina Célia Passos Ribeiro de  
Campos. 1. ed. - Curitiba, PR: CRV, 2017.  
80 p.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-444-0960-2

1. Educação especial. 2. Educação inclusiva. I. Título.

16-33511

CDD: 371.94

CDU: 376.43

---

02/06/2016 03/06/2016

2017

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela:

Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418

www.editoracr.com.br

E-mail: sac@editoracr.com.br

# AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, é fundamental reconhecer e agradecer o empenho de tantas pessoas e instituições que se tornaram essenciais no desenvolvimento desse trabalho. De fato, não é possível sonhar, criar e construir a ideia mais maravilhosa do mundo sem pessoas que tornem esse sonho realidade.

Agradeço o precioso apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG – e à equipe da Fundação do Desenvolvimento da pesquisa – FUNDEP – que com dedicação ajudou-me no gerenciamento responsável e ético do apoio recebido.

Agradeço também aos gestores da Faculdade de Educação, em especial, profa. Dra. Samira Zaidan, prof. Dr. João Valdir Souza e aos meus colegas do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação (DECAE), cuja organização e estrutura me permitiram a realização desta pesquisa.

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais, em especial, ao prof. Dr. Márcio Bunte e a equipe do CECOM, em especial aos engenheiros de computação Leonardo Freitas e Rodrigo Zeferino que realizaram o *design* e viabilizaram tecnologicamente o Portal GEINE de Inclusão Escolar.

Agradeço, com especial carinho, ao meu irmão Tarcísio Passos Ribeiro de Campos, professor do curso de Pós-graduação em Engenharia Nuclear desta Universidade que, embarcou no meu sonho e fez um pequeno esquema, que se tornou isso que lhes apresento hoje.

Agradeço, principalmente, a cada um dos Bolsistas de Iniciação Científica – Gabriel Bertozzi, Camilla Nogueira, Lorena Maria Batista, Paulo Biet Júnior e Dina Costa –; aos Bolsistas de Apoio Técnico André Cunha, Cristiane Reis, Jurama Maia, William Carvalho e Glauce Godoy – e aos Bolsistas Supervisores profa. Me. Jânia Silva e prof. Me. Reinaldo Freitas, amigos que estiveram em diferentes momentos da pesquisa e que com responsabilidade, dedicação e mérito, ajudaram a tornar esse sonho realidade.

A cada um dos membros do Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais – GEINE UFMG – Me. Danilo Sá Fortes, Me. Júlia Pereira, Dra. Tânia Martins, Maria Aparecida Pacheco e profa. Luciana Pacheco, que com a presença, entusiasmo e alegria nesses últimos anos me deram força e incentivaram a continuar buscando os conhecimentos que tanto necessitamos. E, neste último ano, agradeço o ingresso de novos membros do GEINE, a terapeuta ocupacional e pedagoga Fabiana Zuttin, a doutoranda Ana Carolina Ferrari e às novas professoras da Faculdade de Educação Dra. Mônica Rahme, Dra. Adriana Borges, Dra. Libéria Neves e a parceria da professora da Faculdade de Filosofia e Ciências

Humanas – FAFICH/UFMG, a profa. Dra. Maria Luíza Nogueira..

Ao Edmilson Pereira Júnior que realizou as análises estatísticas e ao William Carvalho que fez o layout dos gráficos. A todos que não foram citados, mas que, direta ou indiretamente, participaram e contribuíram para esse trabalho. Dedico esse livro e o Portal GEINE de Inclusão Escolar a todos os pesquisadores que buscam contribuir para uma inclusão escolar mais justa, aos meus estudantes, professores da educação básica, e especialmente, às crianças e jovens do público-alvo da educação especial que inspiraram o desejo de tornar esse sonho possível.

Agradeço à equipe da editora CRV que acolheu meu trabalho, se dedicou a ele de forma profissional e competente, concretizando-o neste livro que agora está em suas mãos.

# APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, após ingressar como professora do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (DECAE-FAE/UFMG), realizei atividades de ensino, pesquisa e extensão na área da Educação Especial. Minha formação, desde o bacharelado e a licenciatura em Psicologia, o mestrado em Psicologia Social e o Doutorado em Educação, apresentava uma trajetória voltada para temáticas da Educação, mais especificamente, para a relação Saúde e Educação. Dentro da UFMG, novos campos se abriram e, entre eles, – o campo da Educação Especial e Inclusão Escolar. A urgência por compreender o debate em torno das dicotomias internacionais, nacionais e regionais da Política de Educação Inclusiva bem como a responsabilidade por coordenar um grupo de pesquisa dedicado à formação de professores, me fez reavaliar a trajetória e perceber a necessidade de um maior aprofundamento de estudos na área. Interessava-me particularmente o debate realizado na interface teoria e prática da educação especial, a produção científica dos últimos anos e o conhecimento produzido nesses debates.

Em 2012, assumi a coordenação do Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE) e a responsabilidade pela formação dos estudantes dos cursos de Pedagogia e demais Licenciaturas.

O grupo, composto exclusivamente por profissionais voluntários, precisava ser consolidado teórica e metodologicamente como grupo de pesquisa, posicionar-se frente aos desafios que surgiam com ações concretas de ensino, extensão e pesquisa. Nessa época, inscrevi o GEINE no CNPQ como grupo de pesquisa porque essa nova coordenação surgiu num momento histórico particular, cujo debate político educacional brasileiro implicava o posicionamento e enfrentamento de diversas questões sobre a formação de professores. Reconheci a necessidade de maior aprofundamento nos estudos da área da Educação Especial, especialmente de interlocução com outros pesquisadores da área com quem pudesse dialogar.

O objetivo do GEINE é contribuir para o desenvolvimento da inclusão escolar e social de pessoas com deficiências<sup>1</sup> e desenvolver estudos, pesquisas e extensão sobre a inclusão na escola e no trabalho. Busca, especificamente, difundir junto à educação básica e educação superior os pressupostos e

---

1 No Relatório Mundial de Deficiências, a Organização Mundial de Saúde (2012) define a deficiência como o resultado da “interação entre pessoas com deficiência e barreiras comportamentais e ambientais que impedem sua participação plena e eficaz na sociedade de forma igualitária” (p. 4).

objetivos da inclusão escolar de pessoas do público alvo da educação especial; capacitar a partir de práticas e vivências, estudantes e professores para inclusão escolar na escola comum e produzir material didático junto aos estudantes e pessoas com deficiências para apoiar a inclusão nas escolas, além de elaborar artigos baseados em pesquisas desenvolvidas sobre a inclusão e organizar e divulgar materiais produzidos sobre a temática. Além de disso, o GEINE desenvolve atividades de formação sobre a educação especial voltado aos futuros professores da educação básica. No currículo do curso de Pedagogia, o GEINE é responsável pela disciplina – “Fundamentos da Educação Inclusiva”, e promove atividades de extensão abertas à comunidade acadêmica como os Ciclos de Debates sobre Educação Inclusiva que ocorreram anualmente, sendo que no próximo ano estamos planejando o primeiro Congresso Mineiro sobre Educação Especial e Inclusão Escolar.

No final de 2013, obtive licença do meu Departamento para estudos de estágio de pós-doutoramento durante o ano de 2014 (fevereiro/14 a janeiro/15). Percebi que seria um grande erro buscar fora o conhecimento que já está construído aqui. Apesar de que a Itália seja um pólo de conhecimento construído sobre o assunto, será sempre um outro lugar, uma outra cultura, uma outra experiência. Entre os centros de estudo ligados à temática da Educação Especial e Inclusiva aqui no Brasil, encontrei Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que tem uma linha de estudos denominada *Produção científica e formação de recursos humanos em Educação Especial*, segundo informações do site da UFSCAR, “empreende esforços de meta-análise do conhecimento produzido em Educação Especial no país e do próprio processo de formação de recursos humanos nesta área”.

O conhecimento produzido a partir de pesquisas mais engajadas nos problemas da realidade e que apresentam implicações práticas e políticas claras, é, segundo Mendes (2006), um “exercício para a pesquisa científica”, uma vez que “a ciência será essencial para que a sociedade brasileira busque contribuir, de maneira intencional e planejada, para a superação de uma educação que tem atuado contra os ideais de inclusão social e plena cidadania” (p. 402). Dessa forma, a circulação do conhecimento poderá contribuir o processo de tomada de decisão política, de forma que as bases fornecidas pela pesquisa científica sobre inclusão escolar possam indicar potencial de mudança em termos de recursos humanos e condições do trabalho pedagógico.

No atual cenário das discussões científicas, o trabalho colaborativo aparece como estratégia que favorece a inclusão escolar. (Mendes, Marques, Lourenço, 2012). Apontado por Mendes (2008) como um exemplo pioneiro de pesquisa colaborativa entre instituições como a Universidade Federal de São Carlos e Universidade de São Paulo estabeleceram parceria visando mapear e analisar a produção discente dos programas de pós-graduação sobre a temática da inclusão escolar. Até o ano de 2004, foram examinados



555 estudos (teses e dissertações), defendidos em 27 universidades de 22 Estados brasileiros, no período entre 1970 e 2001. No que se refere especificamente à produção científica, Mendes (2008) preconiza:

[...] uma segunda geração de pesquisas que permita gerar conhecimento novo e que possa ser mais bem aplicado e com implicações mais positivas. No presente contexto, pesquisar muito já não basta e é preciso produzir conhecimento novo. Também não basta denunciar e criticar: é preciso saber perguntar e responder às demandas por conhecimento, que não são poucas (p. 19).

O Observatório Nacional de Educação Especial – ONEESP – constitui-se um espaço científico, que no nível nacional, funciona em rede de cooperação acadêmica com foco na produção de estudos integrados sobre políticas e práticas direcionadas para a questão da inclusão escolar na realidade brasileira. (MENDES; CIA, 2012).

Assim é possível conceber que o conhecimento científico produzido nas universidades pode tornar-se instrumento de transformação da sociedade e, a exemplo do ONEESP, a circulação do conhecimento pode contribuir para a formação de professores da educação básica, na medida em que sejam oferecidos espaços de interlocução entre teoria e prática, circulação e produção de novos conhecimentos. Sendo assim, defende-se a posição de que a produção do conhecimento científico representa um potencial de formação humana e a organização das relações entre a universidade, estado e sociedade pode contribuir, principalmente no campo da Educação Especial.

A questão que me instigou em toda a minha trajetória girou em torno de como posso responder da melhor forma às demandas de formação do professor da educação básica, que passam necessariamente pelos conteúdos e pelo debate atual da Educação Especial e da Política Inclusiva.

O objeto de minhas indagações era o conhecimento científico produzido e sua interface com a prática pedagógica. Conhecimento construído no âmbito da pós-graduação, da graduação durante a formação dos professores e no âmbito da educação básica – a escola “inclusiva” e o exercício profissional das professoras da educação básica. Se, por um lado, eu observava uma considerável produção científica, por outro, ouvia um lamento de alunos e professores sobre a falta de formação para atuar na escola “inclusiva”. Meu objetivo maior era entender essa dicotomia.

No projeto de estudos vislumbrei reunir a publicação dos últimos cinco anos (2011-2016), e visitar outros centros de produção científica na área da Educação Especial para conhecer e compartilhar a experiência com outros pesquisadores.

O Banco de Teses da CAPES foi considerado pela equipe do GEINE a forma mais segura de obter acesso aos dados consolidados e defendidos no

sistema nacional de pós-graduação. Está estruturado como um sistema de busca de resumos de teses e dissertações, por ano, estando disponíveis no momento da pesquisa, apenas os dados dos anos 2011 e 2012, por motivo de reestruturação do sistema. No mecanismo de busca do Banco de Teses da CAPES, o resumo de uma tese ou dissertação pode ser localizado por agência financiadora, área de conhecimento, autor, biblioteca, data da defesa, instituição de ensino, linhas de pesquisa, nível, palavras-chave, programas, resumo e título.

Ao criar o Portal GEINE de Inclusão Escolar, com o apoio da FAPEMIG, buscamos contribuir com a formação de professores da educação básica. O projeto contemplou a integração de ações de ensino, na medida em que se trata de um ambiente virtual de aprendizagem e pode ser utilizado por estudantes de graduação e pós-graduação; ações de pesquisa, ao constituir-se um banco de dados de teses e dissertações, referência em Educação Especial e, também, ao contemplar uma etapa de avaliação do instrumento pelos professores; e ações de extensão, pois, quando divulgado em forma *Moodle/online*, obterá amplo acesso dos produtos científicos para o público alvo da educação especial, suas famílias e profissionais da Educação básica.

Você está recebendo esse pequeno livro em suas mãos, como um presente, um sonho meu concretizado – o Portal GEINE de Inclusão Escolar. Se você quiser conhecer melhor o Portal, poderá se cadastrar, pois trata-se de um espaço público e gratuito que oferece dados sobre diversos temas de pesquisa que integram o universo dos processos de inclusão escolar.

O endereço é: <[geineufmg.com.br](http://geineufmg.com.br)>. Faça um pequeno cadastro e entre!

“Seja bem-vindo(a) ao Portal GEINE de Inclusão Escolar!!! Esse é um Portal público e gratuito, criado pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais da Faculdade de Educação da UFMG. Aqui estão as teses e dissertações publicadas nos anos de 2011 e 2012 e elas só poderão ser localizadas por Temáticas. Então, para a localização de um trabalho, você deverá pensar na sua temática de pesquisa. Ex.: Tema central: Formação de professores e escolher o Tipo de Deficiência ou Deficiência em Geral. Faça esse percurso e você encontrará uma lista de títulos de teses e dissertações trabalhos. Quando você escolhe e abre o link de um título, você encontra o resumo do trabalho, os dados da publicação, do autor e o link com o texto completo.

Você poderá pesquisar, enviar questões a outros pesquisadores através do Fórum de Debates e talvez poderá receber alguma questão de pessoas que se interessarão por sua pesquisa, se ela estiver no Portal. Peço-lhe que divulgue entre seus orientadores, alunos e colaboradores.

Cordialmente,  
**Profa. Dra. Regina Célia Passos Ribeiro de Campos**  
**Faculdade de Educação - GEINE UFMG**

Com esse pequeno texto, convido aos usuários cadastrados e adentrarem no ambiente do Portal GEINE de Inclusão Escolar e navegarem no mar de conhecimento produzido no Brasil. Através desse pequeno livro, quero partilhar com você as reflexões que me instigaram durante todo esse percurso.

Além desse livro, estamos publicando um outro livro: *Deficiência Visual e Inclusão Escolar: desfazendo rótulos* que acaba de ser organizado e, cuja publicação contará também com o apoio do edital da FAPEMIG. Ambos não estão à venda por contarem com verba de financiamento público e ficarão a disposição no site do GEINE e da Editora CRV gratuitamente para acesso público, especialmente dedicado aos professores da educação básica.



# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
I – O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR: dilemas e desafios contextuais.....	17
II – A PESQUISA CIENTÍFICA COMO OBJETO DE PESQUISA ...	21
III – O CONHECIMENTO CONSTRUÍDO SOBRE AS BASES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	29
IV – OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....	35
V – ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ACERCA DO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	43
VI – COMO ACESSAR E PESQUISAR NO PORTAL GEINE DE INCLUSÃO ESCOLAR? .....	61
REFERÊNCIAS.....	71
SOBRE A AUTORA .....	79



# INTRODUÇÃO

Este pequeno livro visa apresentar, com clareza e objetividade, as atividades de trabalho e pesquisa realizadas âmbito do Projeto INTERAÇÃO TEORIA E PRÁTICA EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA: implantação do Portal on-line para formação de professores da rede pública de Educação Básica, pesquisa realizada sob a coordenação da profa. Dra. Regina Célia Passos Ribeiro de Campos e executada no triênio 2013-2016 por ocasião de sua aprovação no Edital 13/2012 - Pesquisa em Educação Básica, apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, convênio CAPES/FAPEMIG.

A pesquisa realizada propôs implantar um sistema tecnológico-operacional (Portal Moodle/UFGM on-line via internet) de transformação de dados teóricos apresentados em teses e dissertações na área temática da Educação Inclusiva, de forma a promover a interação entre teoria e prática para professores da escola básica e a comunidade educacional.

Dessa forma, acreditávamos que seria possível articular ensino, pesquisa e extensão ao viabilizar a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação para a divulgação do conhecimento científico gerado em programas de pós-graduação. Foram localizados e analisados, no período de 2011 e 2012, 906 trabalhos científicos (teses e dissertações) defendidos em cursos de pós-graduação de todo o Brasil que podem contribuir com a temática da Educação Especial / Inclusiva.

Os resumos dos trabalhos foram categorizados em um banco de dados e, concomitantemente, foi criado o Portal GEINE de Inclusão Escolar, um ambiente virtual de aprendizagem público e gratuito que visa à apropriação deste conhecimento por professores e gestores das escolas de ensino fundamental e médio, país e do público em geral para inclusão escolar.

O Portal GEINE de Inclusão Escolar propõe a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação para viabilizar a apropriação do conhecimento científico gerado nas instituições de ensino superior, em favor da formação continuada de profissionais da educação para o processo de inclusão escolar. Essa proposta pretende ultrapassar o “status” de divulgação de comunicação para oferecer subsídios de uma comunicação dialógica entre público e pesquisadores. Possui uma proposta de monitoramento e avaliação cotidiana dos resultados, verificando como esse conhecimento produzido cientificamente retorna e incide sobre a prática e como a demanda pública pode reatualizar novas pesquisas.

Trata-se de um ambiente que pretende compor um campo de conhecimento com características dialógicas, em linguagem cotidiana, de acesso fácil, ao público interessado.

Não somente um plano de difusão do conhecimento científico que fornece aos profissionais, gestores e à sociedade em geral informações sobre o público alvo da Educação Especial, mas um ambiente virtual de aprendizagem que pudesse servir de direcionamento para o processo de inclusão escolar dessas crianças e jovens.



# I – O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR: dilemas e desafios contextuais

Resultado do processo secular de produção do conhecimento de diversos pensadores, a área da Educação Especial é, sem dúvida, um vasto campo de conhecimento sobre os processos educacionais das crianças com deficiência (JANUZZI, 2004; OLIVEIRA; OMOTE; GIROTO, 2008; PESSOTTI, 2012). Na última década, por influência de acordos internacionais (DI GIORGI, 1996) e da luta dos movimentos sociais, que exigiram um posicionamento político sobre o lugar das pessoas com deficiência na sociedade e seus direitos de cidadania, o ordenamento jurídico brasileiro tornou a inclusão escolar uma realidade educacional em todo o país (KASSAR; ARRUDA; SANTOS, 2006).

No contexto brasileiro, encontramos diversas produções científicas que discutem os embates de forças políticas, ideológicas e econômicas no cenário da transição histórica do público-alvo da educação especial para a escola comum. A presença deste público, que anteriormente era matriculado em escolas ou classes especiais, passou a ser na última década uma realidade nas escolas da educação básica brasileira (PRIETO, 2006; MENDES, 2006; BLANCO; GLAT, 2007; MELETI e BUENO, 2011; KASSAR, 2011; JESUS; VIEIRA, 2011; PRIETO; PAGNEZ; GONZALEZ, 2014). O debate político sobre a inclusão do público alvo da educação especial tem ainda no cenário a luta de pais e amigos dos deficientes e movimentos sociais nacionais e de pressões internacionais pelos direitos de cidadania desse público.

Kassar (2011) ao discutir os desafios da implantação da política inclusiva ressalta que, a preferência do Governo Federal pela formação de educadores no sistema de multiplicadores e à distância, representa uma escolha que pode otimizar os recursos atingindo o maior número de pessoas possível, porém muitas vezes, essas escolhas são incompatíveis para o estabelecimento da garantia de direitos sociais, ou seja, as políticas públicas reconhecem que é necessário uma infra estrutura melhor para atender alunos, professores qualificados, entre outros, porém não disponibiliza recursos econômicos suficientes para tornar as escolas capazes de receber e manter um aluno especial e proporcionar-lhe o direito à educação de qualidade.

As principais aquisições em relação aos direitos das pessoas com deficiência são mais a elaboração de leis e normas e as ações que realmente possibilitem a inserção dessas pessoas na sociedade. Torna-se necessário a criação e efetivação de práticas inclusivas nas escolas e o incentivo para que sejam divulgadas. Destaca-se a formação de professores que possibilita que não só a aquisição, mas a construção de novos conhecimentos a respeito da inclusão escolar (LEONARDO, BRAY, ROSSATO, 2009).

Jesus e Vieira (2011), ao mapearem as legislações que permeiam a política pública voltada para a Educação Especial, registram que há falta de apoio especializado no contexto educacional, não só capixaba, mas de todo o território educacional brasileiro, uma vez que alguns municípios demonstram que as matrículas de alunos com deficiência são efetivadas sem nenhum tipo de apoio específico.

Estudos recentes do final do século XX e do início deste século denunciam a resistência das organizações educacionais a estas mudanças, a dificuldade de formação de professores, o preconceito da comunidade escolar e a inadequação dos espaços físicos para o acesso dos deficientes. Os paradigmas sociais de segregação e exclusão, mitos e preconceitos sobre a deficiência, apesar de tantos esforços, ainda continuam arraigados, presentes nas instituições educacionais e na sociedade em geral. Essas são evidências de que a proposta de uma escola inclusiva se situa para além da reorganização dos espaços escolares, nas práticas e concepções educacionais (LIMA, 2006).

A inclusão escolar requer transformações nas práticas educativas e nas mentalidades, uma vez que o vasto campo de conhecimento da Educação Especial, construído ao longo dos séculos, passa a ser revisto pela política da Educação Inclusiva, que mesmo sendo internacional, continua sendo uma política. Essa é uma das razões de retomar as produções científicas sobre essa temática para circunscrever minimamente um direcionamento das práticas educacionais. A questão é que o conceito de inclusão escolar não pode se limitar apenas ao ingresso dessas crianças na escola, mas sobretudo, sua permanência na escola e o ensino colaborativo podem ser uma via para que a criança esteja de fato incluída (MENDES, 2006; 2008).

Quando se trata da inclusão escolar de crianças com deficiência nas classes regulares, a discussão sobre a formação docente, suas condições materiais (e também subjetivas) aponta para a urgência de se formular novos espaços de aprendizagem e ensino. Ao observarmos o cotidiano das escolas públicas, registramos a presença de crianças com uma diversidade de carências ocasionadas por questões de saúde física ou mental. Os

problemas conceituais surgem quando se aborda a “educação inclusiva” no sentido de identificar a entrada de uma criança com deficiência ou transtornos de desenvolvimento ou com problemas de saúde mental em uma escola regular.

Hoje, em razão da política de atendimento e das questões econômicas, o público-alvo da inclusão escolar está circunscrito a crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência sensoriais, intelectuais e motoras, Transtornos Globais do Desenvolvimento/ Transtornos do Espectro do Autismo e/ou Altas Habilidades / Superdotação. Este público, por força da lei, agora tem direitos de ser atendido em todos os níveis e modalidades de ensino desde a educação básica à educação superior e contar com o atendimento educacional especializado, entre outros suportes (BRASIL, 2008; CNE/CEB, 04/2009, Lei nº 13.005/2014).

O debate atual gira em torno das condições estruturais das escolas, falta de recursos educacionais assertivos e, essencialmente, sobre as dificuldades referentes à formação dos professores. No campo do ordenamento jurídico, a política pública brasileira apresenta avanços consideráveis na legislação educacional, porém observa-se através das leituras realizadas e da observação direta das escolas que haverá ainda um longo processo até que as leis sejam, de fato, legitimadas nas práticas inclusivas nas escolas públicas. Os desafios são muitos e apesar dos avanços da lei, ainda restam questões importantes a serem discutidas quando se trata do processo de inclusão escolar da educação básica. Entre estas questões, por exemplo, está a constatação que o discurso legal da acessibilidade, apesar de ter sido construído através de um processo democrático, mas dentro das instituições educacionais públicas representa um movimento lento de reformas estruturais, aquisição de recursos, bem como mobilização dos profissionais da educação, das famílias e das próprias pessoas com deficiência.

Para garantir a permanência das pessoas com deficiência na sala de aula, podemos destacar três grandes desafios: a formação dos profissionais da Educação; o apoio e acompanhamento do público alvo da educação especial, em termos de recursos e estrutura e a organização pedagógica para atender esse público na sala de aula comum. Esses desafios são tangenciados pelas questões do preconceito e da intolerância de alguns, pela falta de autonomia dos professores, por visões ainda “míopes” do processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, e, principalmente, por dificuldades de distribuição de recursos e suportes que potencializem a aprendizagem da pessoa com deficiência.

Quando concebemos a inclusão escolar como processo, ou seja, uma inclusão que não se resume à matrícula desse público nas escolas comuns, a inclusão abrange a garantia de sua permanência na escola comum e continuidade dos estudos até sua formação profissional ou em nível superior com a entrada no mercado de trabalho. Desta forma, o desafio será ainda maior, quando percebemos os embates ideológicos e interesses econômicos na tela de fundo desse cenário.

## II – A PESQUISA CIENTÍFICA COMO OBJETO DE PESQUISA

A produção científica de excelência no Brasil está concretizada na forma de teses e dissertações defendidas anualmente em programas de pós-graduação *stricto sensu* por áreas de conhecimento. Cada programa segue, geralmente, tendências teóricas que se evidenciam em linhas e focos temáticos de pesquisa. Na medida em que a produção científica se diversifica, novos pesquisadores são acionados e o acúmulo do saber acadêmico cria volumosas teses e dissertações. Cada produção geralmente evidencia o debate nacional sobre determinada temática, tanto no que se refere aos avanços da discussão científica como às transformações nos processos de ensino e extensão, podendo a produção servir como ferramenta para o processo de transformação social.

Uma questão que se apresenta é que por mais que os cientistas transitem no campo pedagógico da sala de aula, geralmente não retornam com os resultados de sua pesquisa e, quando isso acontece, resta a dificuldade dialógica de apropriação dos conhecimentos produzidos na academia no contexto da prática educacional. Ao verificar como se comporta os diversos saberes do campo educacional, o pesquisador não pode se eximir de que as evidências deste campo, após analisadas, devem voltar ao campo para que as reflexões que possam ser apropriadas pelo público pesquisado de forma a operar uma relação dialética entre a teoria e a prática educativa reavaliar a prática e acionar transformações. Por ser a escola uma realidade dinâmica, devido à rotatividade do corpo docente e alunos, ao longo tempo requerido para a realização da pesquisa nem sempre é possível retornar ao campo e encontrar os mesmos sujeitos.

Ao analisarmos a relação entre pesquisa e trabalho docente percebemos que essa relação é muito similar com a relação teoria e prática. Há muito que a ciência clássica vem sendo questionada no que se refere a sua aplicabilidade. Há diversos olhares sobre os resultados de uma pesquisa científica, que parecem, até o momento, circundados pelos limites da estrutura acadêmica. Thomas Kuhn (1994) ao desenvolver sua noção de paradigma retrata como, nos bastidores da ciência, as crenças, valores e técnicas que se estabelecem sobre um grupo de cientistas, numa

determinada época, com o impacto de uma revolução científica é capaz de modificar os paradigmas e superar os antigos ao formular novos saberes.

A questão colocada para todas as ciências e, especificamente, para a ciência da Educação é como articular esses dois campos de conhecimento. Se observarmos com cuidado a história da Educação no Brasil, percebemos uma mudança de paradigmas a partir das abordagens pedagógicas de cada época (LIBÂNEO, 1992; GADOTI, 2000; FARIA FILHO, 2005), entretanto, a questão da dicotomia entre teoria e prática continua impressa no tempo e no lugar de produção científica e de implementação da prática educativa.

Uma outra direção para a compreensão da construção do conhecimento surgiu a partir dos questionamentos de Kuhn, que avançaram em relação à estrutura, acrescentando-lhe a idéia de movimento: é o advento de uma revolução científica que produz a mudança dos paradigmas e garante um espaço que supõe certa estabilidade e certo número de regras para a construção do conhecimento científico. O conhecimento está posto em movimento dinâmico, princípio essencial à constituição do sujeito e às relações sociais, resultado dos processos educativos que passam, não somente, mas, necessariamente, pela escola, pela pesquisa científica e pela estrutura ética, sócio-política e cultural de cada sociedade.

A relação entre teoria e prática no Brasil é um grande desafio. Qual é o abismo que as separa? Qual é o laço que poderá uni-las?

Os avanços alcançados no último século no campo da pesquisa científica atualizam e renovam indagações éticas sobre o potencial efetivamente libertador implicado nas conquistas científicas. Os dilemas éticos são tensores da validade, da legitimidade, do alcance e dos resultados produzidos pelo conhecimento científico. Torna-se importante que a teoria tenha como finalidade a prática e que a unidade entre teoria e prática pressuponha, necessariamente, a percepção desta como atividade objetiva e transformadora (DEMO, 2005).

O confronto entre teoria e prática, conhecimento científico e dados empíricos, campo acadêmico e profissional, estimula discussões sobre a necessidade de se criar paradigmas integradores, criativos, transdisciplinares, flexíveis, que tragam um panorama mais completo ao que antes era especializado, parcializado, atomizado. A interação teoria e prática é discussão antiga e preocupação atual para todas as áreas científicas. Chauí (1980) observa que entre teoria e prática há uma relação simultânea e recíproca, num movimento dicotômico, onde ambas se contrapõem e se negam formando uma unidade.

Não há como sustentar a separação entre o campo teórico e o prático. Segundo Tardif, Lessard e Lahaye (1991), os dois campos estão intimamente interligados: “Formação nos saberes e produção dos saberes constituem, em consequência, dois polos insustentáveis e inseparáveis.” (p. 218). Conforme explica o autor, os saberes são construídos a partir de diferentes fontes. O saber docente, por exemplo, é proveniente dos saberes das disciplinas, dos saberes curriculares, dos saberes profissionais (saberes das ciências da educação) e dos saberes da experiência (saberes da prática educativa). Saberes da experiência são aqueles construídos a partir da prática, são os saberes da ação, valorizados pelos professores por comporem os “fundamentos da prática e da competência profissional”. Enquanto imperar essa interpretação dicotômica teoria e prática, os professores continuam a serem identificados como técnicos destinados a executar a técnica de transmissão de saberes, ou seja, ocorre a alienação do docente em sua relação com o saber. Ressalta, ainda, a importância do saber da experiência e se posiciona a favor de uma visão complementar e aposta no saber plural, formado por diversos saberes, de diversas instituições.

Candau e Lelis (1996) apresentam um questionamento sobre a relação teoria e prática e a formação do educador: “Um dos problemas que mais fortemente emerge da análise da problemática da formação dos profissionais de educação é a questão da relação entre teoria e prática” (p. 49).

Segundo Villers (1998), as práticas desenvolvem um “saber” específico que constitui sua competência profissional – um “saber” designado como saber da experiência ou saber prático. O termo “saber” designa um corpo de conhecimentos autônomos, formalizados em um “discurso constituído”, que apresenta uma característica de previsibilidade e de antecipação de fenômenos anteriores – O “saber” é, a princípio, transmitido para fora do contexto de sua produção, ou seja, não é um saber adquirido. Os formadores não podem simplesmente transmitir um “saber” que alguns denominam “saber prático”, pois esse não existe como discurso constituído.

Podemos chamar saberes da experiência junto aos saberes cotidianos adquiridos e requeridos no quadro da prática da profissão docente e que não provem da instituição de formação ou do currículo. Esses saberes não são sistematizados no quadro de doutrinas ou teorias. Eles são os saberes práticos (VILLERS, 1998, p. 12).

Ao concebermos o processo de aprendizagem e ensino, numa perspectiva dualista e tradicional, a transferência de conhecimentos

é inerente à uma passagem hierárquica de resultados da pesquisa aos saberes práticos, a contextualização dos saberes é indispensável para os transformar em conhecimento prático.

Nesta mesma linha de pensamento, Vallejo-Gomez (2002) aponta que o desenvolvimento da aptidão para contextualizar e globalizar o saber torna-se o imperativo da educação. Para captar a complexidade e a singularidade do processo educativo será importante concebê-lo em movimento dinâmico, princípio essencial à constituição do sujeito e às relações sociais, resultado da construção do conhecimento que passa, não somente, mas, necessariamente, pela pesquisa científica e pelo exame empírico das práticas escolares.

[...] o desafio que diz respeito diretamente ao ensino: a inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre um saber disciplinar especializado – portanto, de fato, parcelarizado e fragmentado em elementos desconexos e compartimentados – e realidades ou problemas cada vez mais pluridisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e, com a crescente mundialização, planetários (VALLEJO-GOMEZ, 2002, p. 229).

O desafio aqui explicitado situa-se na inadequação dos saberes educacionais diante da realidade.

Na tentativa de superar essa dicotomia sentida também na educação brasileira, Candau e Lelis (2008) propõe a visão de unidade que “é assegurada pela relação simultânea e recíproca, de autonomia e dependência de uma em relação com a outra” (CANDAU; LELIS, 2008, p. 54), em que a teoria dependa da prática, ou seja, a prática seja a fonte da teoria, mas também, a teoria dela se nutre como objeto de conhecimento, interpretação e transformação. Além disso, segundo a autora, a teoria precisa ter como finalidade a prática, para que a unidade entre teoria e prática pressuponha a percepção da prática como atividade objetiva e transformadora. A prática, por sua vez, deve ser compreendida tanto como atividade subjetiva, desenvolvida pela consciência como processo objetivo, material, comprovado por outros sujeitos. A unidade ocorre quando conseguimos atingir uma síntese superadora da dicotomia entre teoria e prática e com isso encontrar alternativas para a formação do educador.

Os trabalhos científicos estão publicados na rede em sites governamentais, nacionais e internacionais. As informações são diversas e, muitas vezes, de qualidade, entretanto, o acesso às informações não se dá igualmente a todos os cidadãos, mas nos dias atuais informação é poder



e confere vantagens a quem a possui.

Minayo (2010) concebe a ciência como uma forma hegemônica de construção da realidade, embora o campo científico seja permeado por mitos e contradições. Os avanços alcançados no último século no campo da pesquisa científica atualizam e renovam indagações éticas sobre o potencial efetivamente libertador implicado nas conquistas científicas. Os dilemas éticos são tensores da validade, da legitimidade, do alcance e dos resultados produzidos pelo conhecimento científico. Na área da Educação e também em outras áreas das ciências humanas, torna-se importante que a teoria tenha como finalidade a prática e que a unidade entre teoria e prática pressuponha necessariamente a percepção desta unidade como atividade objetiva e transformadora de ambas.

No cerne das discussões científicas em qualquer campo de conhecimento, parece imprescindível o debate sobre como fazer com que o conhecimento científico produzido nos centros de referência em pesquisa possa cumprir eticamente a função norteadora da prática profissional: sob quais parâmetros, quais as prioridades e até mesmo como, para que e para quem produzir esse conhecimento. Todo investimento de tempo e de recursos em torno da pesquisa seriam, nesse caso, prováveis motores de novas pesquisas e novas práticas.

A pesquisa, no campo acadêmico da educação, torna-se fundamental a esse movimento dinâmico de construção do conhecimento e tem sido implementada por diversos pesquisadores, no que se refere a uma investigação de ordem epistemológica, vinculando práticas de pesquisa e prática pedagógica na escola e em outros espaços educacionais. Diversos pesquisadores utilizam mecanismos apropriados para encontrar dados por meio de entrevistas, mensagens e documentos ligados ao cotidiano da escola e aos espaços não escolares, informações que ilustrem, expliquem ou ajudem a revelar os fenômenos educacionais investigados. A maioria dos resultados dessas pesquisas científicas no campo da educação, no entanto, restam nas estantes das bibliotecas das universidades.

O conhecimento para fundamentar a prática é aqui convocado. Pensando na formação dos professores para a inclusão escolar, é importante questionar se a construção de conhecimento se vincula à formação e à prática educativa.

Para superar a complexidade que traz o caráter interdisciplinar das temáticas da educação especial e a fragmentação do conhecimento científico das diversas áreas do conhecimento, Hayashi et al. (2005)

propõem competências e habilidades informacionais para a gestão de informações científicas e tecnológicas. Através da análise bibliométrica da produção brasileira e do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – PPGEE/UFSCAR, os autores identificaram as seguintes competências: conhecimento do contexto de produção da informação; capacidade de realizar operações de acesso, busca, avaliação, seleção e recuperação das informações relevantes em textos ou bases de dados; domínio de ferramentas automatizadas para reformatação e importação de dados, análise e síntese das informações obtidas; habilidades para validação, comunicação e disseminação dos resultados”. Estas competências e habilidades, segundo os autores, seriam necessárias aos pesquisadores independente da área para a gestão das informações e do conhecimento.

No que se refere à apropriação dos resultados das pesquisas, hoje encontramos inúmeras possibilidades de acesso às informações científicas através do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Os trabalhos científicos estão publicados na internet em sites públicos, nacionais e internacionais. As informações são diversas e, muitas vezes, de qualidade, mas o acesso às informações não se dá de forma igualitária a todos os cidadãos. Com a ilusão dos dias atuais de que informação parece conferir vantagens a quem a possui, muitos consideram que informação é poder. Entretanto, sabemos que a informação não basta.

Segundo Edgar Morin (2005), conhecimento não se reduz à informação, esta é o primeiro estágio. Conhecer implica um segundo estágio, o de trabalhar com as informações, classificando-as, analisando-as e contextualizando-as. O terceiro estágio relaciona-se à arte de vincular conhecimento de maneira útil e pertinente, isto é, produzir novas formas de progresso e desenvolvimento. Consciência e sabedoria, segundo o autor, envolvem reflexão, ou seja, capacidade de produzir novas formas de existência, de humanização. O valor real, portanto, não está na posse da informação, mas na capacidade de acionar sua transformação para conhecimento útil.

Tendo em vista, os dilemas e desafios da relação dialógica entre teoria e prática no processo de inclusão escolar, o Portal GEINE de Inclusão Escolar foi criado como um sistema e método de gestão do conhecimento científico que possibilita a interação dialógica entre teoria e prática. A construção do Portal esteve baseada na certeza de que os ambientes virtuais e as novas tecnologias digitais estão contribuindo para a democratização

da qualidade educacional e social através do acesso e apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) por parte de professores, alunos e profissionais em diversas áreas e níveis de atuação. O objetivo do Portal é disponibilizar e divulgar o conhecimento científico através da garantia do acesso dialógico aos conteúdos científicos produzidos na academia. Esse sistema, quem sabe, poderá contribuir para, como afirmam Silva e Gamboa (2011), realizar uma “vigilância epistemológica” do conhecimento produzido nas áreas que tangenciam as temáticas referentes ao público-alvo da Educação Especial.



### III – O CONHECIMENTO CONSTRUÍDO SOBRE AS BASES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A pesquisa realizada partiu da hipótese de que o conhecimento construído em diversas áreas do conhecimento é de difícil acesso, mas pode e deve ser apropriado por professores e pesquisadores para a efetivação das políticas de educação especial.

A pesquisa científica é um sistema socialmente organizado de produção de conhecimentos elaborados em centros de referência, instituições federais, estaduais, centros tecnológicos e outros locais que favorecem o processo de formação profissional. Ao analisar esse contexto, observa-se que, por um lado, quando a produção científica se diversifica, novas pesquisas são acionadas, há acúmulo de saber acadêmico, volumosas teses e dissertações são defendidas e catalogadas a disposição do público nas bibliotecas das universidades, sendo que algumas são publicadas em livros e/ou revistas científicas. Por outro lado, os professores constroem cotidianamente um saber sobre seus alunos, saber este que muitas vezes fica restrito à própria sala de aula ou à escola e que se perde quando esse professor deixa sua classe ou sua escola. Fato comum no Brasil, tendo em vista a rotatividade de professores imposta pela atual organização e distribuição das classes por faixa etária/ciclos/séries.

Ao analisar as relações entre pesquisa e prática sobre a temática da inclusão escolar, percebe-se que ainda existe um hiato entre pesquisa e a prática, inclusive o próprio conceito de inclusão escolar.

Ao discutir as perspectivas da inclusão escolar na realidade brasileira, Mendes (2006) considera que o termo inclusão escolar é ambíguo porque assume significados variados dentro de contextos distintos e, por isso, cada comunidade precisa definir a melhor forma de fazer a política de inclusão escolar. A autora defende que o acesso à escola do público alvo da educação especial não deve ser direcionado somente para aumentar o número das matrículas nas classes comuns das escolas públicas do ensino regular.

Entretanto, só o acesso não é suficiente, e traduzir a filosofia de inclusão das leis, dos planos e das intenções para a realidade dos sistemas e das escolas requer conhecimento e prática. É preciso, portanto, questionar: Qual a prática necessária? E o conhecimento necessário para fundamentar a prática? (p. 402).

O conhecimento produzido a partir de pesquisas mais engajadas nos problemas da realidade e que apresentam implicações práticas e políticas claras, é, segundo Mendes (2006), um “exercício para a pesquisa científica”, uma vez que “a ciência será essencial para que a sociedade brasileira busque contribuir, de maneira intencional e planejada, para a superação de uma educação que tem atuado contra os ideais de inclusão social e plena cidadania” (p. 402). Entende-se que, a circulação do conhecimento poderá articular o sistema brasileiro de ensino superior e o processo de tomada de decisão política, de forma que as bases empíricas fornecidas pela pesquisa científica sobre inclusão escolar possam indicar potencial de mudança em termos de recursos humanos e condições de trabalho pedagógico.

Se por um lado, há todo esse desafio da circulação do conhecimento, por outro lado, os professores constroem cotidianamente um saber sobre seus alunos, saber este que muitas vezes fica restrito, à própria sala de aula ou à escola e que se perde quando esse professor deixa sua classe ou sua escola – fato muito comum no Brasil –, tendo em vista a rotatividade de professores imposta pela atual organização de distribuição das classes.

Ao discutirem o papel da universidade, a partir de suas três dimensões constitutivas— ensino, pesquisa e extensão— Glat e Pletsch (2010) apontam que as universidades podem e devem contribuir no desenvolvimento e implementação do processo de inclusão escolar, através da “formação inicial e continuada de professores” e da “produção de conhecimento por meio de pesquisas e projetos que validem e disseminem ações educativas bem sucedidas que atendam a esta nova proposta” (p. 346). As autoras ressaltam que na área da educação a produção do conhecimento tem privilegiado as pesquisas aplicadas e vêm acumulando um significativo acervo que pode contribuir com a transformação da realidade.

Partindo do pressuposto de que os estudos científicos realizados nacional e internacionalmente ao longo da última década na área da Educação Especial poderiam contribuir para que os processos e práticas inclusivas, esta pesquisa pretendeu evidenciar um vasto e secular campo de conhecimento e oferecer meios para que a democratização da qualidade educacional e social aconteça de forma ponderada e crítica. O acesso e apropriação dos conhecimentos científicos produzidos nos principais centros de pesquisa brasileiros, bem como os modelos tecnológicos e

experiências pedagógicas produzidas em diversas instituições de ensino superior representam um investimento de saber que merece destaque.

Através de um rápido levantamento das universidades federais que possuem atividades de pesquisa na área da educação especial, foram localizados alguns centros de pesquisa em Educação Especial, na *Universidade Federal de São Carlos, o Programa de Pós-Graduação em Educação Especial*; Na USP, verificamos o Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Educação Inclusiva; No Rio Grande do Sul, há o Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE que tem como linha de pesquisa: Educação Especial e o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Especial e Inclusão – GEPE. A Universidade Federal da Bahia tem em seu Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de pesquisa: Educação e Diversidade e também o Grupo Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais - UFBA (GEINE-BA); o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, o Grupo NEPIE, Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar, entre tantos outros que existem no território brasileiro.

Constatamos que área da Educação Especial oferece uma bibliografia vasta relacionada ao público alvo da educação especial, inúmeros artigos científicos e uma fonte inesgotável de temáticas investigadas em diversas áreas do conhecimento, sob diferentes óticas.

Nos últimos anos, diversas pesquisas propõem como objetivo a análise da produção científica na área da educação especial (Mendes, 2008; Barbosa et al., 2008; Manzini, 2003, 2012). Além disso, em outras áreas, também são recorrentes estudos temáticos sobre as deficiências e práticas diferenciadas.

No campo da pesquisa em Educação Especial, segundo Mendes e Almeida (2012) registram que, entre os pesquisadores da área, há uma tendência de se empregar metodologias qualitativas. A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2010), responde a questões muito particulares:

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2010, p. 21-22).

Trata-se de uma tendência que possibilita a discussão das questões

subjetivas, mas é uma tendência questionada por pesquisadores da área da Educação Especial (MENDES, 2012; GLAT; ANTUNES, 2012; OMOTE, 2014), exatamente porque os estudos de avaliação pedagógica e diagnóstica reduziram-se consideravelmente ao longo dos últimos anos no Brasil, evidenciando problemas éticos e uma lacuna nos campos da pesquisa básica que, a nosso entender, estão sendo preenchidas por outras áreas do conhecimento.

Além disso, outra questão que se coloca é que os dados coletados nem sempre voltam às suas origens, são processados, analisados e os resultados, quando muito, são divulgados em congressos ou revistas científicas de circulação restrita do campo acadêmico, fora do alcance dos professores e do grande público. A linguagem dessas comunicações científicas muitas vezes foge do padrão da linguagem cotidiana, fato de poderia contribuir para que os resultados continuem restritos ao círculo acadêmico.

Dessa forma, após finalizar a educação superior o professor recentemente graduado se insere no mercado de trabalho da educação básica de uma escola da rede pública, por exemplo, sem nenhum processo de acompanhamento de egressos, se sente solitário na reflexão de sua prática e muitas vezes, evade-se do campo educacional, buscando outras áreas de atuação (SOUZA, 2007).

Ao discutirem o papel da universidade, a partir de suas três dimensões constitutivas — ensino, pesquisa e extensão — Glat e Pletsch (2010) apontam que as universidades podem e devem contribuir no desenvolvimento e implementação do processo de inclusão escolar, através da “formação inicial e continuada de professores” e da “produção de conhecimento por meio de pesquisas e projetos que validem e disseminem ações educativas bem-sucedidas que atendam a esta nova proposta” (p. 346).

As autoras ressaltam que na área da educação a produção do conhecimento tem privilegiado as pesquisas aplicadas e vêm acumulando um significativo acervo que pode contribuir com a transformação da realidade.

Diante da escassez de estudos sobre o que e como ensinar principalmente na esfera cognitiva, as autoras propõem uma ampliação do foco das pesquisas em duas direções: (1) avaliação das experiências de ensino, com metodologias qualitativas, localizando as dificuldades da prática, cotidiano e aprendizagem desses alunos e, (2) valorização da pesquisa-ação, que vislumbra transformações nas situações de campo.

Além disso, há um terceiro ponto a se considerar: o acesso e apropriação das pesquisas, pois quando na prática docente, a(o) professora(-)



apresenta alguma dúvida, ela(e) precisa despender vários esforços para encontrar respostas científicas. Poderá buscar dados dos sites de órgãos governamentais e agências de apoio à pesquisa como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) ou a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e outros nacionais e internacionais, entretanto, estes sites estão disponibilizados de forma estática, ou seja, cabe ao profissional ou ao interessado acessar o site e recolher o material necessário, sem um diálogo direto com os pesquisadores. Lembrando que, além dos artigos científicos serem cada vez mais específicos, o professor talvez tenha que ler volumosas teses e dissertações para buscar cientificamente uma informação segura sobre determinado assunto.



## IV – OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para apresentar os objetivos da pesquisa é importante dizer que o que moveu a proposta foi a urgência de ações concretas que respondam às demandas por uma formação ética, contextualizada e de qualidade a ser oferecida aos professores em sua formação inicial.

O objetivo geral da pesquisa foi localizar, analisar e disponibilizar a produção científica produzida nos cursos de Pós-graduação de diversas áreas do conhecimento acerca do público alvo da educação especial que pode contribuir para o processo de inclusão escolar e formação dos professores da educação básica. Para atingir tal objetivo, foi necessário, especificamente, compreender o movimento histórico e as bases teóricas conceituais que geram formas de interpretação, modelos e práticas sobre a educação especial e inclusiva; mapear as produções científicas relevantes e dos temas a serem trabalhados; identificar autores e pesquisadores e respectivas produções teóricas que contribuem para responder às questões e temas da pesquisa; reunir e revisar as bases teóricas conceituais que geram formas de interpretação, modelos e práticas sobre a educação especial e inclusiva; reunir em um banco de dados referências científicas publicadas nas áreas da educação especial e educação inclusiva nos últimos cinco anos e estabelecer parcerias e intercâmbio científico com os pesquisadores e seus respectivos centros de pesquisa na área da educação inclusiva.

Logo nos primeiros estudos percebemos que não era possível compreender como o conhecimento científico na área da Educação Especial é produzido e chega aos professores da educação básica sem antes viabilizar, através da utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação para o acesso ao conhecimento científico sobre inclusão escolar gerado nos programas de pós-graduação, de forma que proporcionasse a apropriação de pais, professores e gestores das escolas de ensino infantil, fundamental

e médio e do público em geral.

Na fase de organização da pesquisa, o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG e a garantia da infraestrutura cedida pelos gestores da Faculdade de Educação (sala, equipamentos, apoio logístico) foram fundamentais para que o processo se desenvolvesse.

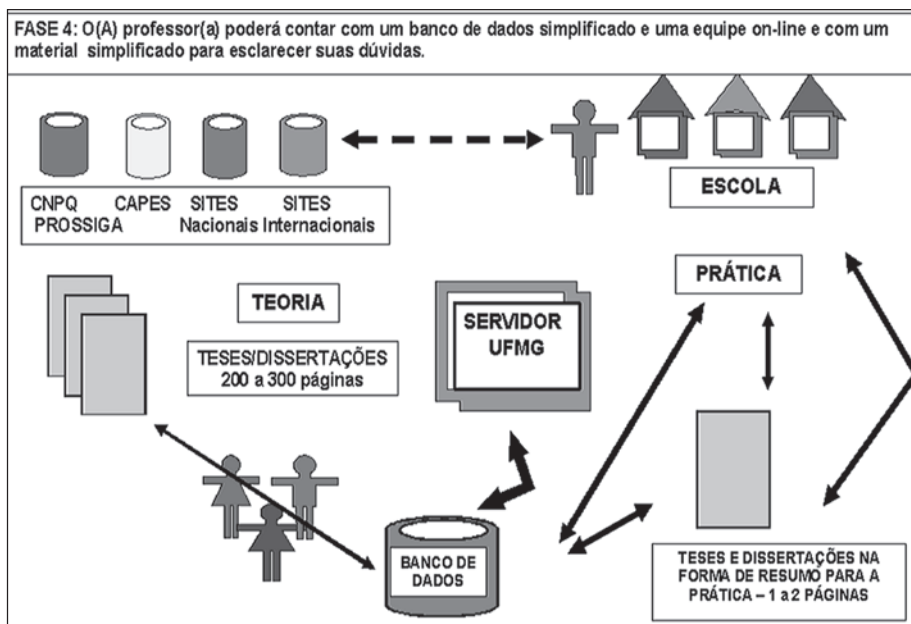
A pesquisa iniciou-se com um levantamento bibliográfico que teve como meta reunir e disponibilizar e divulgar esse conhecimento acerca do público alvo da Educação Especial e Inclusiva gerado em instituições universitárias. Tinha como meta disponibilizar e divulgar esse conhecimento. Tratava-se de reunir, analisar e compor um banco de dados do conhecimento educacional de acesso fácil, para disponibilizá-lo ao público interessado.

#### **IV. 1 – A construção do Portal GEINE de Inclusão Escolar**

A construção do Portal GEINE de Inclusão Escolar iniciou-se a partir de uma questão: o conhecimento produzido na academia acerca do público alvo da educação especial que pode contribuir para os professores da educação básica e suas turmas inclusivas?

A idéia inicial era colocar a produção científica elaborada na academia a serviço dos professores da educação básica e estudantes de graduação e pós-graduação, a partir de um esquema inicial idealizado pela autora e seu irmão, professor da mesma universidade.

#### **Imagem 1: Primeiro esboço do Portal GEINE de Inclusão Escolar**



De uma forma simplificada, podemos dizer que a metodologia foi composta de quatro fases: (Linha de Ação 1) - Captação do acervo da produção científica (teses e dissertações) de pesquisadores sobre Educação Especial e Inclusiva; (Linha de Ação 2) - Criação do banco de dados e do ambiente virtual; (Linha de Ação 3) - Análise dos material coletado; e (Linha de Ação 4) - Avaliação e Monitoramento do Portal GEINE de Inclusão Escolar”.

### **Linha de Ação 1 - Captação do acervo da produção científica (teses e dissertações) de pesquisadores sobre Educação Especial e Inclusiva**

O levantamento bibliográfico das teses e dissertações acerca do público alvo da educação especial e temáticas afins iniciou-se em 2013 com a identificação dos pesquisadores e contato com as principais instituições de ensino superior em pesquisa no campo da educação especial no Brasil. Foi necessário estudar a legislação atualizada e realizar um mapeamento das produções científicas mais relevantes e dos conceitos que circulam nos diversos campos do conhecimento. Ao localizar a produção científica de autores e pesquisadores da área e suas respectivas produções teóricas, selecionamos aqueles que melhor que contribuísssem para responder às questões e temas da pesquisa. A produção científica acerca do público alvo da educação especial está espalhada por todo o Brasil e que o conhecimento acumulado atravessa diversas fronteiras do

conhecimento.

Ao realizar a análise da produção científica encontrada tendo como foco as temáticas referentes ao movimento histórico brasileiro, formas de interpretação, modelos e práticas pedagógicas estavam direta e indiretamente propostas na educação especial e inclusiva. Buscamos estabelecer algumas parcerias e intercâmbio científico com esses pesquisadores e seus respectivos centros de pesquisa na área da educação inclusiva.

Diversos contatos científicos foram realizados durante a pesquisa, especificamente com o Programa de Pós-graduação em Educação Especial da UFSCAR na pessoa da profa. Dra. Enicéia Gonçalves Mendes e a equipe do Observatório Nacional de Estudos sobre Educação Especial (ONEESP); com o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na pessoa da profa. Dra. Rosana Glat; com a Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, na pessoa do prof. Dr. Eduardo Manzini, editor da Revista Brasileira de Educação Especial; a equipe da UNESP/Campus Marília na pessoa da profa. Dra. Anna Augusta Oliveira; a equipe de pesquisadores da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Paraná, na pessoa do prof. Dr. Paulo Ricardo Ross; com a equipe da Universidade Federal da Bahia, na pessoa da profa. Dra. Terezinha Miranda e do prof. Dr. Teófilo Galvão Filho; e, com as profas. Dras. Hildete e Kátia Regina entre outros.

Nossa hipótese é que seria possível a identificação e contato com os principais pesquisadores no Brasil, a partir do contato com o MEC e com as próprias instituições de ensino superior, entretanto, verificamos que o levantamento da produção científica era mais vasto e não estava centrado somente nos programas de pós-graduação em Educação ou Educação Especial, mas que havia conhecimentos construídos em outras áreas que merecia ser examinado. Dessa forma, pelo cuidado em não excluir nenhum conhecimento possível de ser aproveitado, decidimos que o locus da pesquisa seria o Banco de Teses da CAPES.

O período de 2011 e 2012 (dois anos) esteve disponibilizado na página de busca do Banco de Teses que, na época da pesquisa estava passando por reformulações. Esse período foi considerado um período significativo para a pesquisa pois nessa época ocorreu a consolidação das Políticas de Educação Inclusiva iniciadas a partir da Conferência de Salamanca – Espanha (1994) e todos os desdobramentos legais que se seguiram a partir de então.

A pesquisa do tipo bibliográfica pretendeu ser bibliométrica, conforme a aquisição das competências e habilidades propostas por Hayashi et al. (2005), mas não chegamos a tanto com o avanço dos estudos.

Para superar a complexidade que traz o caráter interdisciplinar das temáticas da educação especial e a fragmentação do conhecimento científico das áreas da educação e educação especial, Hayashi et al. (2005) propõe

competências e habilidades informacionais para a gestão de informações científicas e tecnológicas. Através da análise bibliométrica da produção brasileira e, em especial, da produção do PPGEs da UFSCAR, Hayashi et al. (2005) identificaram as seguintes competências: conhecimento do contexto de produção da informação; capacidade de realizar operações de acesso, busca, avaliação, seleção e recuperação das informações relevantes em textos ou bases de dados; domínio de ferramentas automatizadas para reformatação e importação de dados, análise e síntese das informações obtidas; habilidades para validação, comunicação e disseminação dos resultados. Essas competências e habilidades são necessárias aos pesquisadores, para a gestão das informações e do conhecimento, independente da área pesquisada.

O trabalho para construir o banco de dados e consolidar as bases teórico-conceituais do Portal consistiu no mapeamento das produções científicas mais relevantes (teses e dissertações), através dos procedimentos de localização, seleção, leitura e revisão teórica da produção científica de pesquisadores de diversas áreas e suas respectivas produções teóricas que contribuem para responder às questões e temas da pesquisa sobre Educação Especial. As teses e dissertações foram localizadas os trabalhos a partir da categoria ASSUNTO sendo investigados cerca de 30 descritores e suas combinações.

A coleta de dados iniciou-se a partir da categoria ASSUNTO, sendo definidos cerca de 30 descritores e suas combinações. Cada descritor foi pesquisado isoladamente e também através da combinação com outros descritores, que, para fins de sistematização, foram catalogados em cinco grupos:

**Quadro 1 – Lista de descritores da pesquisa**

Grupo A	Educação Inclusiva; Educação Especial; Inclusão Educacional; Inclusão Escolar; Necessidades Educacionais; Necessidades Educacionais Especiais.
Grupo B	Deficiência + Inclusão/Inclusiva; Inclusão + Escolar + Deficiência; Inclusão + Educacional + Deficiência; Acessibilidade + Educacional/Escolar/ Educação/ Inclusão/Inclusiva; Deficiência + Escolar/Educacional/Educação; Deficiência + Inclusão/Inclusiva; Professores + Inclusivo/Deficiência/Inclusão, Didáticos/ Didática + Inclusivos/Deficiência/Inclusão; Pedagogia + Inclusivo/Deficiência/ Inclusão; Ensino + Inclusivo/Deficiência/Inclusão.

Grupo C	Aluno + Deficiência/Deficiente/Discente Deficiência; Pessoa com Deficiência; Atendimento Educacional Especializado; Salas de Recursos Multifuncionais; Escola Especial; Escola Inclusiva.
Grupo D	Libras/Língua de Sinais, Braille/Braile; Tecnologia Assistiva; Comunicação Alternativa/Aumentativa; Acessibilidade + Deficiência.
Grupo E	Deficiência Visual/Deficiente Visual/Cegueira; Deficiência Auditiva/Deficiente Auditivo/Surdo/Surdez; Deficiência Motora/Deficiente Motor/Paraplégico/Tetraplégico/ Paraplegia/Tetraplegia/Paralisia Cerebral. Deficiência Mental/Deficiente Mental/Deficiência Intelectual/Deficiente Intelectual; Deficiência Múltipla/Deficiente Múltiplo; Surdocegueira/surdocego; Síndrome de Down; Transtorno Global do Desenvolvimento; Transtorno do Espectro Autista/Autismo/Autista; Superdotado/Superdotação/Altas Habilidades.

Fonte: Pesquisa GEINE / UFMG, 2014.

A equipe analisou cada descritor isoladamente e também a combinação de um ou mais descritores. Cada um dos descritores e suas associações, via banco de teses da CAPES, gerou uma quantidade enorme de títulos das teses e dissertações por descritor. Os títulos foram analisados, um a um, sendo descartados aqueles que não eram diretamente ligados à temática da inclusão escolar, que era o foco dessa pesquisa. Após a localização dos títulos das teses publicadas, os resumos foram selecionados ou descartados, em conjunto com a equipe.

Uma equipe de pesquisadores foi convidada para compor a comissão julgadora ( dois professores da educação básica e dois bolsistas de iniciação científica). Suas atividades consistiram na seleção dos títulos, categorização das temáticas e análise dos resumos, sendo acompanhados durante todo o processo pela coordenadora da pesquisa.

### **Critérios da seleção dos resumos: contribuições para educação básica e adequações da linguagem científica**

O critério para julgamento dos títulos teve por foco principal identificar os títulos que poderiam ser de interesse dos professores da educação básica que trabalham no processo inclusivo das crianças do público alvo da educação especial. Foram excluídas teses de áreas muito especializadas como imunologia, morfologia, neurociências e outras; teses cujo foco não estava na escola básica ou na faixa etária da educação básica ou na pessoa



com deficiência e, principalmente, resumos incompletos. Não foram incluídas também pesquisas sobre outros contextos educação profissional, educação hospitalar, educação de jovens e adultos, entre outros.

Um dos critérios apontados para julgamento da inclusão dos resumos foi se a linguagem científica seria suficiente para compreensão dos professores da educação básica. Acreditávamos que seria necessária a adequação de alguns resumos publicados em linguagem científica para uma síntese em linguagem mais simplificada. A partir da leitura do texto completo de algumas teses e dissertações, os professores da comissão julgadora concordaram que a qualidade e a clareza da maioria dos resumos eram suficientemente compreensíveis aos professores da educação básica, não havendo necessidade realizar a adequação dos resumos publicados para uma linguagem mais simplificada.

## **Linha de Ação 2 - Criação do Ambiente Virtual Portal GEINE de Inclusão Escolar**

A construção do Portal On line aconteceu com o apoio da UFMG através da Diretoria de Tecnologia da Informação (TI) que disponibilizou dois profissionais da DTI/CECOM, os engenheiros de computação Leonardo Freitas e Rodrigo Zeferino para realizarem a construção do Portal GEINE de Inclusão Escolar, no ambiente Moodle UFMG. Fizemos várias reuniões e o Portal foi construído conforme eu e o prof. Dr, Tarcísio Passos Ribeiro de Campos, professor da UFMG/Departamento de Engenharia Nuclear havíamos idealizado. O ambiente possibilita o processo de alimentação dos dados e a comunicação interativa.

Trata-se de um ambiente que possibilita o acesso a teses e dissertações de várias áreas produzidas acerca do público alvo da Educação Especial, sistematizadas para acesso gratuito aos professores da educação básica, estudantes e outros pesquisadores e demais interessados. As formas de acessar o Portal serão descritas neste livro no último capítulo.

## **Linha de Ação 3 - Análise do material coletado**

Após a seleção dos títulos, os resumos das referidas teses e dissertações foram localizados no site do Banco de Teses da CAPES. Iniciou-se a etapa de categorização onde cada resumo foi impresso, tendo sido feita a leitura, análise e sistematização de seus dados. Em seguida foram inseridos em Planilha Excell para compor um Banco de Dados.

Para sistematizar e padronizar os dados encontrados, elaboramos

um roteiro de categorização adaptado de Nunes, Glat, Ferreira e Mendes (2003):

1. Identificação da tese – título da tese, autor(a), orientador(a), instituição, estado e ano da defesa; e,
2. Análise descritiva da tese – área do conhecimento, tipo de pesquisa, tema, objetivos, referencial teórico, metodologia e instrumentos, sujeitos, faixa etária e resultados.

Nesse processo, os resumos foram metodologicamente sistematizados, cadastrados e classificados em seu conteúdo, por autor, título, orientador, ano de defesa, área de conhecimento, tipo de deficiência, objetivos, metodologia e resultados. Esses dados foram analisados segundo as técnicas de estatísticas uni e bivariadas.

Conforme a explicação do prof. Dr. Edmilson Pereira Júnior, que realizou as análises, enquanto a estatística univariada permite a análise e apresentação de cada variável de um conjunto de dados separadamente, a estatística bivariada inclui métodos de análise de duas variáveis, permitindo verificar a associação entre elas. Para tal foi utilizado o software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

O banco de dados possibilitou a organização do conhecimento, através das análises bem como a localização dos principais conceitos, dos fundamentos teóricos mais utilizados, da contextualização e, principalmente, das conclusões e possíveis resultados práticos, favorecendo o acesso e apropriação do conhecimento para os professores da educação básica das escolas inclusivas.

#### **Linha de Ação 4 – Avaliação e Monitoramento do Portal GEINE de Inclusão Escolar**

O Portal GEINE de Inclusão Escolar foi inaugurado durante o XII Ciclo de Debates sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais, que no período de 9 a 11 de setembro de 2015, ação de extensão realizada anualmente na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Nessa ocasião, foram convidados professores da educação básica, pesquisadores e estudantes para realizarem o cadastro e acessá-lo.

Foi realizada uma avaliação com 47 professores do Atendimento Educacional Especializado da prefeitura de Belo Horizonte. Essa avaliação foi realizada através de questionário estruturado composto de questões referentes ao perfil dos professores, tipo e número de crianças

com deficiência sob seu atendimento, dificuldades, temáticas de interesse, acesso e avaliação do Portal. Foi feita uma exposição sobre como realizar o acesso e uma semana depois, foi entregue o questionário de avaliação. Os resultados da avaliação com os professores aponta que a maioria teve dificuldades no cadastramento. Por ser um ambiente Moodle UFMG requer certos passos e alguns professores encontraram dificuldade. Estamos trabalhando para simplificar esse acesso. Outro ponto de dificuldade foi o acesso ao próprio sinal de internet que nem sempre os professores possuem.

Os professores acham que a linguagem científica veiculada nos trabalhos do Portal GEINE é passível de ser compreendida com um pouco de atenção e leitura e que o Portal oferece informações e temas relevantes e de interesse, sendo muito provável recomendarem o Portal GEINE a outro colega.

Além desta avaliação, está disponibilizada no próprio ambiente do Portal um espaço de avaliação on line. Ambos os resultados dessa avaliação consideram que o ambiente é uma ferramenta positiva para acesso ao conteúdo das pesquisas acerca do público alvo da Educação Especial.

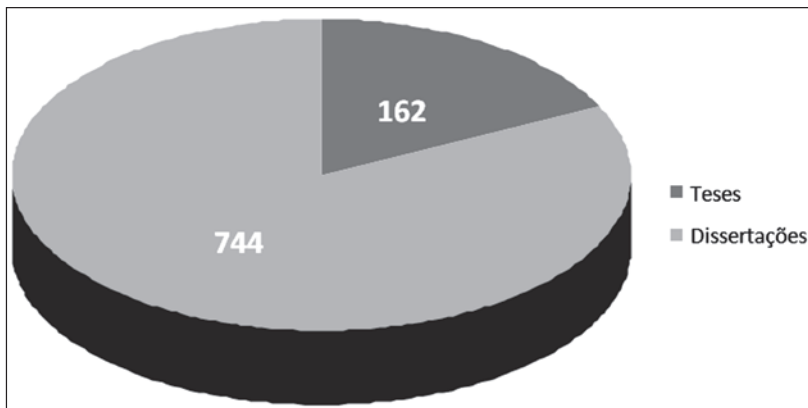
O processo de monitoramento do ambiente virtual revela que temos hoje cerca de ZXX acessos, sendo em grande parte de estudantes de graduação e pós-graduação e professores da Educação Básica, sendo relevante atualizar o Portal com Teses e Dissertações publicadas nos anos posteriores até a data atual.

## V – ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ACERCA DO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A pesquisa evidenciou uma produção científica consistente a ser disponibilizada para os docentes da educação básica e que pode contribuir junto ao processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência, Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) e Altas Habilidades / Superdotação.

Após seleção dos títulos, a Comissão Julgadora, tendo como base os critérios já especificados anteriormente, identificou 162 teses e 744 dissertações, totalizando 906 trabalhos científicos, no período de 2 anos (2011-2012), conforme o gráfico abaixo:

**Gráfico 1 – Total de teses e dissertações (2011-2012)**



Fonte: Pesquisa GEINE / UFMG / FAPEMIG/CAPEs, 2014.

Um breve olhar sobre o material nos permitiu reconhecer que a produção científica na área estava diluída por todo o país, embora fosse possível identificar os principais centros de produção do conhecimento que publicam trabalhos relevantes sobre o público alvo da educação especial para a inclusão escolar.

Foram identificados cerca de 30 Programas de Pós-graduação que publicaram trabalhos considerados relevantes para a inclusão escolar, sendo os principais situados na USP, UFSCAR, UFRGS, UNESP e UERJ, que somam juntas cerca de 37% das produções desenvolvidas no Brasil. São Paulo (34%) é o estado onde se situa a maioria das publicações, seguido do Rio Grande do Sul (10%) e Rio de Janeiro (9%).

**TABELA 1 – Distribuição das teses e dissertações analisadas de acordo com o estado – Brasil, ano 2011/2012**

Estado	Dissertações	Teses	Total	%
São Paulo (SP)	238	71	309	34%
Rio Grande do Sul (RS)	79	16	95	10%
Rio de Janeiro (RJ)	64	19	83	9%
Minas Gerais (MG)	48	4	52	6%
Paraná (PR)	48	6	54	6%
Santa Catarina (SC)	43	5	48	5%
Ceará (CE)	28	4	32	4%
Distrito Federal (DF)	24	7	31	3%

Pernambuco (PE)	23	1	24	3%
Pará (PA)	21	2	23	3%
Goiás (GO)	20	3	23	3%
Espírito Santo (ES)	19	3	22	2%
Bahia (BA)	16	3	19	2%
Rio Grande do Norte (RN)	15	7	22	2%
Paraíba (PB)	11	8	19	2%
Outros Estados	47	3	50	6%
<b>Total</b>	<b>744</b>	<b>162</b>	<b>906</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa GEINE / UFMG / FAPEMIG/CAPES, 2014.

A CAPES (2012) havia organizado as áreas científicas em grandes áreas: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes e área Multidisciplinar. A análise realizada na produção científica não seguiu esta classificação, mas dela se aproximou, deixando em destaque algumas áreas para ajudar na localização dos trabalhos. Como se observa na tabela abaixo, as pesquisas que se inserem em programas da grande área de Ciências Humanas, mas não exclusivamente.

Na tabela seguinte, observa-se a diversidade e a relevância das áreas de conhecimento que realizam pesquisas acadêmicas na temática estudada. Esses resultados demonstram o caráter interdisciplinar e aponta que a problemática vem sendo preocupação em diversas áreas do conhecimento.

**TABELA 2 – Distribuição das teses e dissertações analisadas de acordo com a área de conhecimento – Brasil, ano 2011/2012**

Área de Conhecimento	Dissertações	Teses	Total	%
Educação	348	65	413	46 %
Saúde e Biológicas	177	38	215	24 %
Sociais e Humanidades	144	21	165	18 %
Engenharias e Exatas	47	13	60	6 %
Educação Especial	27	15	42	5 %
Não especificado	01	10	11	1 %

---

Total	744	162	906	100%
-------	-----	-----	-----	------

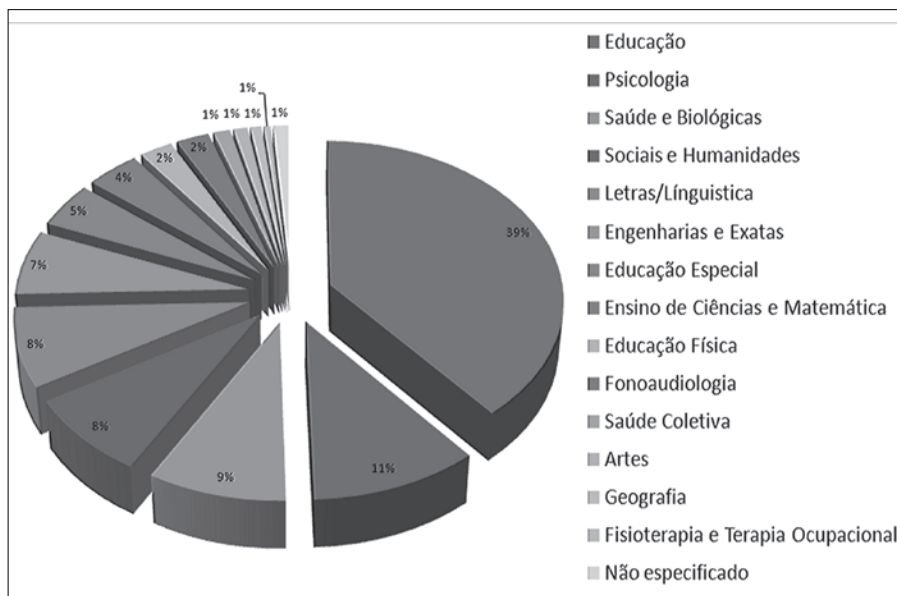
Fonte: Pesquisa GEINE / UFMG / FAPEMIG/CAPES, 2014.

Importante destacar que o fato das produções científicas na área da saúde e biológicas estarem em 3ª posição não significa que tenham produção inferior às outras áreas, mas que algumas produções não tenham passado no critério clareza e aplicação /contribuição ao processo de inclusão escolar.

Encontramos os seguintes resultados: Educação (46%), Saúde e Biológicas (24%) e Sociais e Humanidades (18%) . Os trabalhos ligados às Engenharias/Exatas são, na grande maioria ligados aos estudos da Acessibilidade e Tecnologias Assistivas. Há um destaque para a área específica da Educação Especial que produziu 5% do total de pesquisas selecionado, embora haja poucos programas no Brasil.

No compito total, os dados podem ser visualizados pelo seguinte gráfico:

**Gráfico 2 – Distribuição das teses e dissertações analisadas de acordo com a área de conhecimento – Brasil, ano 2011/2012**



Fonte: Pesquisa GEINE / UFMG / FAPEMIG/CAPES, 2014.

Esses resultados demonstram o caráter interdisciplinar e aponta que as temáticas de interesse para a formação de professores da educação básica encontram-se diluídas no interior de várias áreas do conhecimento, dado que pode evidenciar uma problemática pela complexidade do campo de conhecimento e a diversidade de conteúdos produzidos em diversas áreas do conhecimento, gerando fragmentação na organização dos conteúdos curriculares no caso da formação de professores.

Outro dado interessante refere-se aos temas encontrados na produção científica de 2012 e 2011.

**TABELA 3 – Distribuição das teses e dissertações analisadas de acordo com o tema de investigação – Brasil, ano 2011/2012**

Tema	Dissertações	Teses	Total	%
Didática/ Prática Docente/ Ensino-Aprendizagem	133	27	160	18%
Relações Sociais/Interpessoais	87	24	111	12%
Avaliação Diagnóstica/Médica	64	24	88	10%
Conceito Teórico	71	10	81	9%
Formação de Professores	62	17	79	9%
Acessibilidade	72	6	78	9%
Tecnologia Assistiva	51	21	72	8%
Política Educacional	57	10	67	7%
Avaliação Pedagógica	49	11	60	7%
Libras	43	6	49	5%
AEE/Sala de recursos	32	0	32	4%
Trabalho/Condição Docente	9	4	13	2%
Currículo	10	2	12	1%
Braille	4	0	4	0%
<b>Total</b>	<b>744</b>	<b>162</b>	<b>906</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa GEINE / UFMG / FAPEMIG/CAPES, 2014.

Ao analisar a tabela observa-se que a temática da didática/ prática docente /ensino-aprendizagem (18%) é seguida da temática das relações sociais/ interpessoais (12%) e, em seguida, aparece a temática da avaliação médico/diagnóstica (10%).

## **A temática da Didática/ Prática Docente / Ensino-aprendizagem**



O considerável índice de pesquisas sobre didática/prática docente e ensino/ aprendizagem representa a preocupação dos pesquisadores em focalizar as questões do cotidiano da escola e da prática docente. Percebemos que a maioria trata-se de pesquisas empíricas em que o pesquisador está presente no contexto da escola e que a realidade da escola e a prática docente são investigadas criteriosamente nessas pesquisas.

A preocupação dos pesquisadores com a prática docente no processo de inclusão escolar fica evidente quando percebemos que ela passa a ser problematizada e torna-se objeto de investigação.

Como figura-chave do processo de inclusão escolar, espera-se do professor da educação básica, que ele acompanhe o aluno desde sua matrícula, sensibilize a turma para que acolha a criança, seja capaz de resolução de conflitos, acompanhamento do processo de aprendizagem, adaptação das atividades curriculares, localização, aquisição e criação de recursos assistivos, flexibilização do processo avaliativo, articulação de suporte com a família, o serviço de saúde quando necessário. Toda essa demanda de atividades fundamentada em uma análise crítica do processo e autocrítica sobre seu próprio trabalho.

A prática docente aparece focalizada no processo de inclusão do aluno em tipos de público específicos, sendo que o maior número de pesquisas relaciona a prática docente junto a alunos surdos, com deficiência visual e autismo. Há também o predomínio de pesquisas que articulam disciplinas específicas tais como: ações docentes para o ensino de geografia, artes, educação física, português, processos de letramento e alfabetização, entre outros.

Segundo Zabala (2002) a função social do ensino é mais ampla, não se restringe aos aspectos cognitivos, mas engloba as relações interativas construídas na experiência vivida na sala de aula e na escola. Assim, as concepções sobre os processos de aprendizagem se ampliam para além dos tradicionais significados que continuam a determinar as práticas, organização das classes, conteúdos e materiais curriculares.

Libâneo (2002) situa a didática no conjunto de conhecimentos pedagógicos que visa metodologicamente à aprendizagem do pensar de forma autônoma, crítica e argumentativa. Não somente o que os alunos aprendem, mas até que ponto são capazes de pensar e agir sobre o que aprenderam. Se tomarmos a educação sob essa ótica, é compreensível que diferentes ritmos individuais de aprendizagem do público alvo da educação especial gerem

tensões e desafios no cotidiano da sala de aula. A ação docente no contexto da diversidade do processo inclusivo convoca saberes que problematizem os processos de aprendizagem, apresentem reflexões e propostas, estratégias e metodologias de ensino, recursos de avaliação, entre outras idéias inovadoras.

## **A temática sobre as Relações Interpessoais**

A temática das relações interpessoais é tema de interesse entre os pesquisadores. Ao investigar o laço social na inclusão escolar, Rahme (2014) afirma que as perspectivas educacionais endereçadas às crianças e adolescentes com necessidades especiais constituem-se, no plano macro das políticas públicas, elementos de discurso que fundamentam o laço social sobre eles. Os impasses presentes na abordagem do sujeito dito “incluído”, porém ainda persistem na classificação, na homogeneização, na adaptação e no ajustamento social, o que dificulta, no plano micro, a constituição de laços entre as crianças. Apesar disso, a autora acredita que existem efeitos terapêuticos no fato de incluírem essas crianças na escola comum.

As pesquisas que abrangem dessa temática giram em torno da relação familiar, especialmente interações e atitudes e conflitos da situação de mães e cuidadores, além dos aspectos subjetivos como o autoconceito, relações afetivas, amizades, desenvolvimento sócio-emocional, sexualidade e gênero em contextos familiares, escolares e sociais mais amplos.

Chamou-nos atenção em alguns trabalhos a questão da mulher abandonar seu emprego quando recebe a notícia do filho possui alguma deficiência. Este fato nos remete às questões referentes às relações de gênero no trabalho. Pode-se dizer que, para as mulheres mais do que para os homens, o trabalho em geral já é mais exigente, pois está associado à rotina do trabalho doméstico. O trabalho das mulheres se apresenta fracionado por se subdividir em vários para contemplar, além das atividades profissionais, atividades domésticas, criação e acompanhamento dos filhos, administração do lar e outros trabalhos. Logo, a energia disposta para o trabalho profissional não está totalmente direcionada para este fim, como no caso dos homens. Esse é mais um fator que mantém as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Quando ocorre o nascimento de uma criança com deficiência, a família se reorganiza. As diferenças significativas entre os gêneros tendem a se tornar mais evidentes, registradas pelo viés pessoal, nas

formas de repensar e de recriar novas estratégias para lidar e se engajar no desafio das questões advindas da deficiência. Torna-se evidente, entre algumas famílias que ocorre um movimento subjetivo de reinvestimento pessoal em detrimento aos relacionamentos sociais e a redefinição do sentido colocado nas atividades sociais agora é novamente adaptado às novas exigências que a deficiência traz. A diversidade de sentidos entre papéis masculinos e femininos, pessoal e social torna-se essencial para que sejam criadas alternativas subjetivas, traduzidas como outros sentidos ditados pelas metamorfoses contextuais das relações interpessoais. Os movimentos em busca de sentidos partilhados, onde as diferenças se neutralizam, podem significar um engajamento individual e coletivo, que poderia resultar em um objetivo familiar comum, sem onerar exclusivamente às mães.

## **A temática acerca dos Conceitos Teóricos**

A temática dos conceitos teóricos aparece com 9%, são diversos e abordam os seguintes: inclusão escolar, educação inclusiva, autonomia, imagem corporal, entre outros.

Essas pesquisas trazem geralmente abordagens teóricas e/ou metodológicas específicas como os estudos sobre as representações sociais, Psicologia sócio-cultural, Sociologia e Lingüística. Uma questão que se destaca é que o conceito de inclusão escolar não se limita ao ingresso dessas crianças na escola, mas, sobretudo a sua permanência na escola e o ensino colaborativo pode ser uma via para que a criança esteja de fato incluída (MENDES, 2006; 2008). A inclusão escolar requer transformações nas práticas educativas e nas mentalidades, uma vez que o vasto campo de conhecimento da Educação Especial, construído ao longo dos séculos, passa a ser revisto pela política da Educação Inclusiva, que mesmo sendo internacional, continua sendo uma política. Essa é uma das razões de retomar as produções científicas sobre os conceitos teóricos para circunscrever melhor o direcionamento das práticas educacionais.

As reflexões teóricas são fundamentais, mas nem sempre sabemos o que fazer com a teoria. O movimento de cooptação e apropriação dos documentos oficiais e os conceitos teóricos algumas vezes podem gerar dificuldades interpretativas e apresentar sentidos enviesados que nem sempre representam o sentido da construção teórica oferecida pelo autor original. Importante estar claro qual a concepção de educação inclusiva utilizamos em nossa prática

docente. Há diversas concepções que formalizam diferentes modelos de atendimento educacional, consensos e dissensos, convergências construídas a partir da normalização política da educação inclusiva e muitas divergências na interpretação dessas políticas.

Cabe a nós educadores discutirmos conceitos como inclusão escolar e pessoa com deficiência. Afinal, quem é esse aluno, quais critérios foram usados na avaliação de suas capacidades, qual tipo de atendimento será melhor e, principalmente, que tipo de atendimento será possível. Confrontar com nossos limites nem sempre é fácil, pois nossa cultura apregoa valores referentes ao bem sucedido, à força, à perfeição e à beleza. Alguns professores se assustam quando o aluno chega “pouco atraente”, sem um membro, “babando”, com pouca capacidade de compreensão, escondido em si mesmo, chora, grita, agride. Eles não conseguem acreditar que esse aluno tem capacidade de desenvolver-se, sair de si mesmo, sorrir, aprender a falar, escrever e brincar.

Geralmente, a prática educativa tem poucos momentos de reflexão teórica, mas no ritmo frenético do sistema educacional, resta pouco tempo para a reflexão e o estudo sistematizado, o que gera, em nossa opinião, mais pré-conceitos do que abertura conceitual.

## **A temática da Avaliação Diagnóstica/Médica**

A Avaliação diagnóstica/médica foi uma temática selecionada com 10% dos trabalhos. Esses números não retratam a realidade das produções uma vez que a amostra foi intencional, entretanto, nessa nossa amostra, percebe-se que a presença da área médica ainda é bem forte entre os trabalhos científicos selecionados, o que destaca a relevância das ciências da saúde para as questões que abordam a deficiência.

A maioria trata de avaliações quantitativas e estudos comparativos sobre temas como a qualidade de vida, desempenho postural, desenvolvimento neuropsicomotor, processamento sensorial e aspectos cognitivos adaptativos. Essas pesquisas foram consideradas passíveis de contribuir para o conhecimento e formação dos professores da educação básica.

Importante frisar que as concepções tradicionais, marcadas pela visão dicotômica de conteúdos das ciências exatas e biológicas, humanas e sociais levam à falsa ideia de que possam existir discursos, atuações e campos de conhecimento independentes.

## **A temática sobre a temática da Política Educacional**

O debate político sobre a inclusão do público alvo da educação especial vem acontecendo a partir da luta de pais e amigos dos deficientes e movimentos sociais nacionais e de pressões internacionais. Nos últimos anos, essa luta tem produzido mudanças no quadro de segregação e rompido com padrões de individualidade e normalidade que a sociedade estabeleceu até então, e tudo isso passa pela formação de professores da educação básica.

No contexto brasileiro, encontramos diversas produções científicas que discutem os embates de forças políticas, ideológicas e econômicas no cenário da transição histórica do público-alvo da educação especial para a escola comum. A presença deste público, que anteriormente era matriculado em escolas ou classes especiais, passou a ser na última década uma realidade nas escolas da educação básica brasileira (PRIETO, 2006; MENDES, 2006; GLAT; PLESTCH, 2010; MELETI; BUENO, 2011; KASSAR, 2011; JESUS; VIEIRA, 2011; PRIETO, PAGNEZ; GONZALEZ, 2014).

Ao longo últimos anos, diversos estudos registram mudanças significativas na política educacional brasileira no que tange ao atendimento educacional especializado de crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação, que compõe o público alvo da educação especial.

No nível político, as ações e programas destinados à educação especial e inclusiva do governo federal, localizadas atualmente na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão SECADI/MEC foram desenvolvidas, em consonância com a formação inicial e continuada de professores, através do cadastro em uma Plataforma de Formação que possibilita o ingresso em cursos de diversas áreas. Tais ações governamentais apresentam contribuições significativas ao professor da educação básica, embora represente intensa pressão política por mudanças uma vez que para qualquer ação política na área educacional é essencial a participação dos professores.

A legislação pretende garantir o direito ao acesso dos deficientes à escola pública e serve como instrumento de “permissão legal”, mas essa permissão não contempla o processo formativo inclusivo em sua totalidade, matrícula, permanência e entrada no mercado de trabalho. A inclusão escolar embora legalizada pelas instâncias governamentais, de fato ainda vai precisar de um tempo para ser legitimada, pois para além das leis, torna-se necessário constituir o processo social de efetivação das práticas inclusivas nas escolas brasileiras.

O tema da Política Educacional aparece em 7% das teses e dissertações selecionadas. As teses e dissertações reunidas sob essa temática pesquisam

desde as Políticas Públicas Nacionais de inclusão, passando pelo nível estadual com discussão de ações estaduais específicas, normatizações específicas municipais até o processo de institucionalização da inclusão dentro da escola com públicos específicos.

## **A temática sobre a temática do Atendimento Educacional Especializado (AEE)**

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), com 4% do universo pesquisado, é uma política de ação com um destaque especial por ser um tipo de atendimento desenvolvido que em alguns lugares pode ter outra denominação, como por exemplo, sala de apoio ou, como na Prefeitura de Belo Horizonte, é denominada Sala de Atendimento Educacional Especializado. Essa foi uma ação amplamente divulgada e publicada no Portal do MEC em 2007 em um documento intitulado *Atendimento Educacional Especializado: orientações gerais e educação a distância, acompanhado de um curso a distância de formação dos professores*.

Este tipo de atendimento foi implantado pelo decreto 6571/2008 e Resolução CNE/CEB 04/2009, como oferta obrigatória para apoiar de forma complementar ou suplementar o desenvolvimento dos alunos público alvo da educação especial em todas as etapas, níveis e modalidades, ao longo do seu processo de escolarização. Em Nota Técnica de 07 de maio/2010, do MEC publicou algumas orientações para a institucionalização da oferta do atendimento educacional especializado (AEE) em salas de recursos multifuncionais implantadas nas escolas comuns. O atendimento educacional especializado está destinado apenas aos alunos do público-alvo da educação especial e é realizado prioritariamente em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou de outra escola próxima, sempre em contraturno. Deve estar sob a responsabilidade de professores especializados em trabalho colaborativo com os professores das classes comuns. Esse documento define ainda as atribuições do professor do AEE, entre elas: elaborar, executar e avaliar o Plano de Atendimento Educacional Especializado do aluno; programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala comum e nos demais ambientes da escola. As pesquisas que abordam a temática do AEE discutem perspectivas e possibilidades, ações articuladas, organização das salas de recursos multifuncionais, práticas e recursos pedagógicos adaptados e também a participação de

outros profissionais em equipes multidisciplinares para o atendimento especializado em diversos níveis e modalidades de ensino.

Vale lembrar que o Atendimento Educacional Especializado representa um espaço mediador de aprendizagem entre a escola e o sujeito. Como Manzini e Fujisawa (2010) ressaltam a importância da comunicação alternativa, da Tecnologia Assistiva, dos jogos, brincadeiras e recursos assistivos para a comunicação e ensino na educação especial.

## **A temática da Formação de Professores**

Quando se trata da inclusão escolar de crianças com deficiência nas classes regulares, a discussão sobre a formação docente, suas condições materiais (e também subjetivas) aponta para a urgência de se formular novos espaços de aprendizagem e ensino.

O tema da formação dos professores aparece com 9% estando, a ele associado as teses sobre o Currículo, que aparecem somente com 1% do compito dos dados. Resistência a estas mudanças, a dificuldade de formação de professores, o preconceito da comunidade escolar e a inadequação dos espaços físicos para o acesso às pessoas com deficiência, ainda hoje são argumentos que apóiam o paradigma segregacionista e evidenciam resistência à proposta da inclusão escolar. Os paradigmas sociais de segregação e exclusão, mitos e preconceitos sobre a deficiência, apesar de tantos esforços, ainda continuam arraigados, presentes nas instituições educacionais e na sociedade em geral. Essas são evidências de que a proposta de uma escola inclusiva permanece um desafio, pois se situa para além da reorganização dos espaços escolares, nas práticas e concepções educacionais (LIMA, 2006).

O processo inclusivo requer mudanças na quantidade de alunos matriculados por classe no ensino público da educação básica, na qualidade da formação dos professores e na capacidade de envolvimento educacional dos mesmos e na mudança de enfoque educativo que implica desafios metodológicos não só para os cursos iniciais de formação de professores, mas para a formação continuada uma vez que todo professor ao estar na sala de aula é convocado, mais cedo ou mais tarde, a dar sua resposta pessoal de posicionamento acerca da inclusão escolar pois com certeza encontrará em sua prática docente alunos com algum tipo ou graus variados de comprometimento.

A formação inicial e continuada dos professores incide diretamente na ação transformadora coletiva da escola, mas requer o apoio

governamental, a adequação curricular dos cursos de formação de professores no nível superior e adoção de um referencial de formação interdisciplinar com discussão sobre possíveis estratégias de ação pedagógicas devidamente adaptadas ao contexto.

Isso significa pensar uma uma formação ampla que englobe aspectos psicológicos, pedagógicos e sóciopolíticos da educação em geral e da educação especial, no que se refere a sua história, políticas públicas de educação, características do público alvo da educação especial, estratégias pedagógicas de intervenção e possíveis recursos assistivos. Trata-se de um conhecimento que está sendo gestado, pois até então, todo o discurso voltado para este público provinha das áreas de saúde, especialmente, da medicina e psicologia clínica.

A preparação inicial dos professores brasileiros, que agora é oferecida pela via da formação em nível superior, é contemplada através de cursos de graduação – Pedagogia e demais licenciaturas em diversas áreas do conhecimento. A licenciatura em Educação Especial é um curso raro no Brasil. Geralmente, a formação além de abordar os diversos saberes teóricos que tangenciam a área educacional, preconiza criar oportunidades de prática de ensino, atuação sobre recursos e meios educacionais, discussão sobre os limites profissionais, institucionais e legais, proporcionando momentos de análise e reflexão sobre a prática docente.

O desafio do professor formador nesses cursos é transformar o campo de intervenção – a sala de aula – em campo de construção do conhecimento e adequar o conhecimento produzido teoricamente às demandas concretas da sala de aula, do curso e da sociedade em geral, oferecendo ao aluno a possibilidade de interpretar criticamente o contexto social e político, as demandas profissionais e as relações pedagógicas entre os sujeitos envolvidos.

Durante esses cursos de licenciatura e de Pedagogia, além das aulas teóricas, os períodos de estágios tornam-se, geralmente, espaços abertos de contínua reflexão sobre a prática docente. É no trabalho coletivo da sala de aula e durante os estágios curriculares que o estudante – futuro professor, fica ciente como formador, pode avançar ao identificar saberes e problemas, provar limites e possibilidades teóricas e proporcionar aos alunos um campo de criação das próprias contestações e conclusões.

A formação continuada acontece para os professores em exercício, em cursos de aperfeiçoamento ou especialização, geralmente financiados pelas próprias redes de ensino, embora seja cada vez maior o número de professores que buscam refletir sua prática pedagógica, por demanda



própria de aprofundamento de estudos através de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *latu sensu*. Com destaque aos cursos de Mestrado Profissional que possibilita maior aprofundamento das questões geradas no contexto profissional da docência. Ao indagar aos professores sobre suas expectativas e necessidades docentes, Fürkotter et al. (2014) afirma que os cursos precisam ser contextualizados e refletir sobre a prática, “numa perspectiva dialógica entre teoria e prática” (p. 865).

Segundo pesquisadores, diante das demandas impostas ao trabalho do professor, a formação nessa área ainda representa um desafio, em termos da quantidade e qualidade dos cursos (PLETSCH, 2009; ANTUNES; GLAT, 2011; MIRANDA; GALVÃO FILHO, 2012). A formação de professores, a criação e o acesso de instrumentos potencializadores têm sido apontados como elementos para que se avance na proposta de inclusão (FREITAS, 2008; LIMA, 2010). Observamos que na atual realidade educacional brasileira o tempo destinado à formação em serviço é pouco, principalmente, se supormos que os professores precisam adequar os conteúdos ao contexto para que ocorra a produção de conhecimento na prática pedagógica.

Na temática da formação de professores foram encontrados estudos interessantes que se diferenciam conforme o público alvo. Destacam-se estudos voltados o público com deficiência auditiva e surdez, cujas temáticas giram em torno do ensino de Libras, letramento e o ensino do Português como segunda língua, bem como formação de professores para a educação bilíngue.

Outros estudos, voltados para deficiência visual e deficiência física discutem a necessidade de formação para utilização do código Braille e dos recursos assistivos.

Há também estudos que discutem a formação de professores para o ensino de áreas específicas como a Matemática, Ciências biológicas e Geografia.

## **Reflexões acerca do Público-alvo da Educação Especial**

Determinados tipos de público alvo da educação especial são sujeitos de pesquisas, mas boa parte dos pesquisadores não apresenta um tipo específico, optando por realizar estudos que abordam as questões da inclusão de uma maneira ampla e genérica (1/4 das pesquisas trabalham na perspectiva generalista da deficiência). Dentre aqueles que determinam o tipo de público, há maior interesse nas áreas da deficiência auditiva, visual e Transtornos Globais do Desenvolvimento /Transtornos do Espectro do Autismo, conforme a distribuição da tabela seguinte:

**TABELA 4 – Distribuição de teses e dissertações analisadas de acordo com o Tipo de Deficiência – Brasil, ano 2012/2011**

<b>Tópico abordado</b>	<b>Disser</b>	<b>Teses</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
tações	Teses	Total	%	9%
Deficiência auditiva	187	36	223	25%
Deficiência visual	103	8	111	12%
TGD/TEA	61	18	79	9%
Deficiência física/	38	12	50	5%
Paralisia Cerebral	47	9	56	6%
Deficiência intelectual	38	12	50	5%
Deficiência mental	11	0	11	1%
Deficiência motora	9	3	12	1%
Superdotação	17	5	22	2%
Deficiências múltiplas	9	4	13	1%
Várias deficiências	27	11	38	4%
Deficiências em geral	194	44	238	26%
Outros	41	12	53	6%
<b>Total</b>	<b>744</b>	<b>162</b>	<b>906</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa GEINE / UFMG / FAPEMIG/CAPES, 2014.

Importante registrar que alguns estudos utilizam termos diferentes como “Deficiência Intelectual” e “Deficiência Mental” ou “Deficiência Física/Paralisia Cerebral” ou “Deficiência Motora”. Respeitamos a nomenclatura dos autores por considerar que podem trazer perspectivas teóricas diferentes que merecem ser melhor investigadas.

Ao observar os dados da tabela constatou-se que há a presença de trabalhos (4%) que pesquisam uma ou mais deficiências, por exemplo, utilizam em sua metodologia alguns sujeitos com deficiência visual e outros sujeitos com deficiência auditiva. Destaca-se, ainda, grande quantidade (26%) de trabalhos acadêmicos que não tratam de uma deficiência em específico, mas das deficiências em geral. São trabalhos que discutem as políticas, conceitos teóricos e práticas pedagógicas sem nomear uma outra

deficiência em específico. Esses dados evidenciam preocupações bem atuais dos pesquisadores da área da educação, somados com a força política dos movimentos sociais de apoio a determinados públicos específicos. Uma das contradições encontradas é que, tendo o foco nos trabalhos que tangenciam a educação sobre a temática da deficiência visual, 12% do total de trabalhos apresentados, 103 dissertações mas apenas 8 teses, dado que nos possibilita pensar que trata-se de um tema de pouco interesse de aprofundamento entre os pesquisadores. Por essa razão, a análise a seguir vem reunir essas oito teses localizadas no período desses dois anos e que, na opinião da comissão julgadora, possuem potencial de contribuir para os professores da educação básica que recebem alunos cegos ou com baixa visão.

## **Reflexões acerca das pesquisas sobre a inclusão de pessoas com deficiência visual**

Interessante perceber que nesse recorde de dois anos de produção científica no Brasil, são poucas as teses que tratam diretamente da inclusão de pessoas com deficiência visual na educação básica, por essa razão, gostaria de destacar a temática deficiência visual, entre as oito teses que aparecem no compito dos dados, destacam-se três que diretamente tratam das questões ligadas à educação básica. São elas: Inclusão de pessoas com deficiência visual na escola regular: bases organizativas e pedagógicas no estado do Acre (BEZERRA, 2011); Estratégias de mediação para o ensino de matemática com objetos de aprendizagem acessíveis: um estudo de caso com alunos com deficiência visual (LOPES, 2012); e, A família e o desenvolvimento da criança cega (ARAUJO, 2012).

As outras cinco teses também trazem contribuições para a educação básica por apresentarem o foco centrado nas temáticas da Acessibilidade e da Tecnologia Assistiva. São elas: Lendo e escrevendo no escuro: leitores e autores cegos e as suas estratégias para manter a relação com o texto (SCHITTINE, 2011); Inclusão digital e usuários com deficiência visual no DF: estudo de acessibilidade na sociedade da informação (PIMENTEL, 2011); Análise instrumental de uma maquete tátil para a aprendizagem de probabilidade por alunos cegos (VITA, 2012); Representação gráfica e linguagem cartográfica tátil: estudo de casos (VENTORINI, 2012); e, Abordagem metodológica para avaliação da usabilidade de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual (LIMA, 2012).

O estudo desenvolvido no estado do Acre, com orientação da profa.

Dra. Aracy Alves Martins, da Faculdade de Educação da UFMG, utiliza a metodologia da pesquisa empírica de tipo qualitativa, através do estudo de casos múltiplos. Bezerra (2011) buscou identificar modelos de ensino, formas concretas de organizar e gerir as classes em quatro escolas da rede estadual da cidade de Rio Branco-ACRE. Os sujeitos entrevistados foram professores, gestores, técnicos de ensino, alunos cegos e com baixa visão.

Partindo da análise da fundamentação legal da inclusão em Rio Branco, passando pelas mudanças e reformas ocorridas nas concepções de gestores, professores e técnicos até a organização do modelo educativo, a pesquisa chega à sala de aula e reconhece os alunos com baixa visão em seu contexto de ensino para trazer reflexões substanciais à prática de ensino relatada.

Os resultados apresentados revelam a realidade dessa inclusão: o processo desenvolvido, suas bases organizativas e pedagógicas, o entendimento das diferentes instâncias educativas e dos sujeitos a respeito da inclusão, suas buscas para se ajustarem ao modelo educativo proposto e responder adequadamente às necessidades educacionais, sob a lógica da diversidade e da heterogeneidade.

Recentemente publicamos sobre a temática, por essa mesma editora CRV, o livro *Deficiência Visual: desfazendo rótulos* (CAMPOS, 2016) que pretende contribuir para a compreensão do universo da criança cega e com baixa visão.

A forma de organização pedagógica, entretanto, representa na maioria das vezes “uma rotina pedagógica determinada e condicionada pelo tempo e pelo espaço escolar e voltada a todos os alunos e não a cada um em particular”. (p. 225). Através da análise das observações realizadas, Bezerra afirma:

Assim pude perceber que a própria identificação de dificuldades para ensinar alunos cegos ou com baixa visão, junto com todos os outros alunos, surge do próprio processo de ensino e aprendizagem e depende da forma de organização do ensino. De acordo com essa forma de organização, poderão surgir determinadas dificuldades dos alunos que o professor vai aos poucos propondo adequações. O modo de ensinar se materializa nas relações, nas tarefas e materiais utilizados em aula, que se constitui no elemento mais palpável (2011, p. 227).

Não é que não houve tentativas de mudança, improvisações diante de situações concretas da sala de aula, mas uma “preferência pela tradição” (p. 227), que ainda mantém o aspecto homogeneizador e a organização

tradicional da prática pedagógica, apesar da diversidade.

No que se refere à análise da prática pedagógica das pessoas com deficiência visual, a autora acrescenta que “os indivíduos com baixa visão, ou com visão subnormal, se diferenciam na habilidade de utilizar a visão, pois a habilidade visual depende não só da doença ocular, mas também da eficácia do uso da visão e que os cegos dispõem de uma ampla gama de possibilidades de perceber o mundo que os cerca, utilizando as modalidades sensoriais que possuem” (p. 241). Os dados revelam a falta de clareza quanto à avaliação funcional e ao trabalho integrado com equipes multiprofissionais. Potencializados dois sentidos especialmente importantes – audição e sistema háptico (tato) – as possibilidades de aprendizagem estão situadas nas estruturas perceptual e cognitiva da pessoa com deficiência visual. Generalidade e especificidades de suas experiências perceptivas “emergem da relação dinâmica do corpo com um sistema de forças no mundo e não da associação que vem dos órgãos dos sentidos” (p. 241).

Para finalizar, destacamos um trecho da conclusão da autora:

A educação inclusiva ou ensino inclusivo, porém, não se restringe a pequenas mudanças na prática pedagógica das escolas ou da didática dos professores da sala de aula, sem alterar as bases em que se organiza o processo de ensino e aprendizagem, da padronização ou homogeneização, tão do agrado do professor e que perdurou por todos esses anos. Esse é um dos pontos críticos constatados, nessa pesquisa, o que traz implicações sérias para o sucesso dessa política no Acre, pois tem ligações diretas com a formação desses profissionais (p. 240).

Segundo as palavras de Bezerra (2012), “um dos pontos críticos constatados” é o ensino inclusivo extrapola as mãos dos professores na sala de aula e está localizado também nas bases da organização do processo de ensino e aprendizagem. A autora situada no âmbito da política acreana nos permite sentir que essa realidade é nacional pois nos remete à política educacional brasileira que requer, a partir da inclusão escolar do público-alvo da educação especial nas classes comuns, uma ampliação do foco sobre o professor para além da sala de aula.

## VI - COMO ACESSAR E PESQUISAR NO PORTAL GEINE DE INCLUSÃO ESCOLAR

O Portal GEINE de Inclusão Escolar foi inaugurado durante o XII Ciclo de Debates sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais, que ocorreu no período de 9 a 11 de setembro de 2015, ação de extensão realizada anualmente na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Nessa ocasião, foram convidados e cadastrados professores da educação básica para acessá-lo e realizar a avaliação através de questionário estruturado disponibilizado no próprio ambiente e os resultados dessa avaliação, conforme foi descrito anteriormente, foi positiva.

O Portal GEINE de Inclusão Escolar é um ambiente virtual público e gratuito, criado pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE) da Faculdade de Educação da UFMG. Pretende ser um ambiente de aprendizagem onde encontram-se disponibilizadas as teses e dissertações analisadas na pesquisa, categorizadas por temáticas, nos seguintes itens: título da produção, nome do autor, foto e email, nome do orientador, resumo, link do trabalho, considerações (a serem colocadas pelos professores da educação básica). Além de pesquisar resumos e texto completo de teses e dissertações, o usuário pode enviar questões a outros pesquisadores.

O Portal já está em operação e pode ser acessado gratuitamente por qualquer pessoa, no Site do Grupo GEINE, através do endereço: <<http://geineufmg.com.br/portal-geine/>>. Ao acessar o site, o usuário encontrará um link da logo do grupo GEINE, que ao ser clicada abre a página de cadastro para realizar a inscrição no *Moodle UFMG* que lhe dará acesso à navegação. Basta realizar o cadastro (login, email e senha), confirmar o cadastramento no próprio email e voltar ao Portal para fazer acesso à navegação dentro do Portal.

O Portal oferece acesso a resumos de teses e dissertações que discutem direta ou indiretamente a Inclusão Escolar nas diversas áreas do conhecimento. O usuário, ao cadastrar-se previamente para acesso ao banco de dados, responde a um breve questionário indicando login e senha. Ao ingressar no ambiente, o usuário encontrará a produção científica através

de duas formas de acesso: (1) por temáticas: Acessibilidade, Avaliação Diagnóstica/ Médica, Avaliação Pedagógica; Política Educacional; Relações Sociais / Interpessoal; Formação de Professores; Tecnologia Assistiva, entre outras.

Os dados estão organizados conforme as categorias iniciais de análise do banco de dados da pesquisa. Ao abrir uma determinada categoria, o usuário do Portal irá encontrar os títulos das teses e dissertações selecionadas e classificadas por tópico de abordagem (tipos do público alvo da educação especial). Por exemplo, a temática ACESSIBILIDADE abre as opções por tipo de deficiência:

**Imagem 1 – Página inicial do Portal GEINE de Inclusão Escolar**



Fonte: Portal GEINE de Inclusão Escolar – <[www.geineufmg.com.br](http://www.geineufmg.com.br)>

Ao escolher por um acesso mais específico quanto ao tipo de público-alvo da Educação Especial que deseja pesquisar: pessoa com deficiência mental/intelectual; motora; visual; auditiva; Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD); Síndrome de Down e Altas Habilidades/ Superdotação.

Há também a possibilidade do usuário acessar por tipo de público-alvo da educação especial e em seguida escolher a temática.

Ao escolher uma dessas vias, o usuário encontrará uma relação de

títulos de teses e dissertações e ao clicar em um determinado título, o usuário terá acesso ao trabalho completo e dados da pesquisa: título, nome do autor e do orientador, instituição/pós-graduação, data da defesa, ano de publicação, resumo, link do texto completo *on-line* acessível ao público em geral, endereço email do autor e sua foto, quando encontrados no Sistema *Lattes*, base de dados de currículos de pesquisadores do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ. Embora, em alguns casos, os pesquisadores não tenham disponibilizado o trabalho completo na rede.

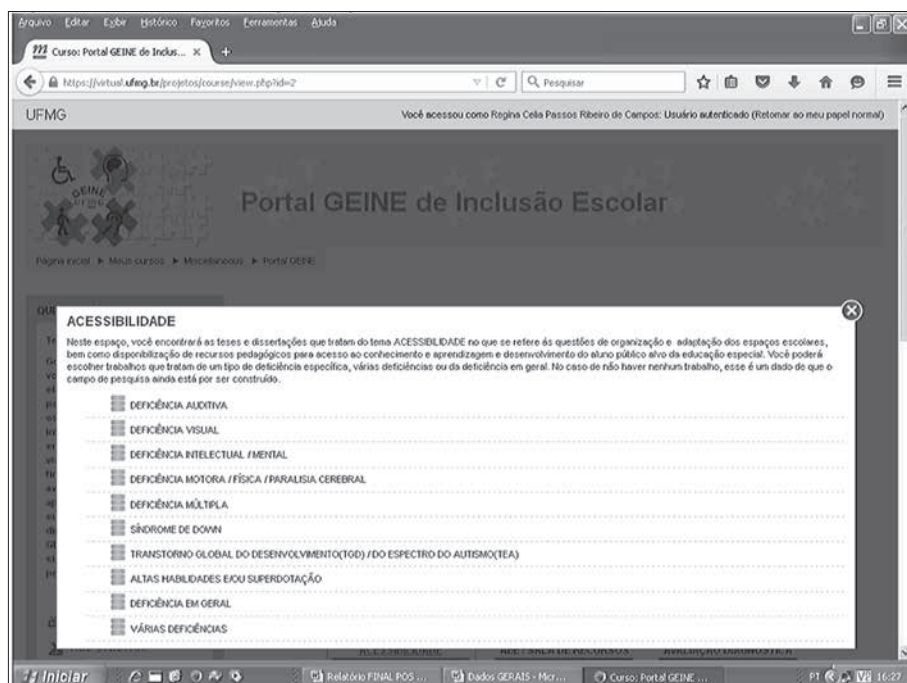
O Portal oferece acesso aos resumos e teses e dissertações da área, devidamente classificados por temáticas. O usuário encontra a produção científica por categoria e por tipo de público alvo da Educação Especial, pessoa com deficiência: mental/intelectual, motora, visual, auditiva, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD); Altas Habilidades/ Superdotação e Síndrome de Down<sup>2</sup>.

**Imagem 2 – Página do Portal GEINE de Inclusão Escolar – página de acesso ao tipo de público-alvo da educação especial**

---

2 Apesar de as pessoas com Síndrome de Down não estarem sendo consideradas, pessoas do público-alvo da educação especial, optamos por inseri-las no estudo, pois em 2012, elas ainda eram citadas dessa forma e também, há um vasto campo de conhecimento produzido sobre esse público.





Fonte: Portal GEINE de Inclusão Escolar – <[www.geineufmg.com.br](http://www.geineufmg.com.br)>

Dessa forma, se o interesse é sobre a temática ACESSIBILIDADE, o usuário pode optar por um determinado tipo de deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD/TEA) ou Altas Habilidades/Superdotação ou então escolher pesquisas que tratam a deficiência de uma maneira geral ou utiliza sujeitos de várias deficiências em uma mesma pesquisa. Ao optar, por exemplo, pela Deficiência Motora, então, o usuário encontrará, conforme a ilustração a seguir, uma lista de títulos da produção científica (teses e dissertações) sobre essa temática, com a especificidade escolhida:

**Imagem 3 – Página do Portal GEINE de Inclusão Escolar – página de acesso aos títulos**

The screenshot shows the 'Portal GEINE de Inclusão Escolar' interface. At the top, there is a logo with the text 'GEINE' and 'Inclusão Escolar'. Below the logo, the breadcrumb trail reads: 'Página inicial > Portal GEINE > ACESSIBILIDADE > DEFICIÊNCIA VISUAL > Ver lista'. The main header is 'Portal GEINE de Inclusão Escolar'. The left sidebar contains a 'NAVEGAÇÃO' menu with categories like 'Página inicial', 'Páginas do site', 'Curso atual', 'Participantes', 'Enfrentamos', 'ACESSIBILIDADE', 'DEFICIÊNCIA AUDITIVA', 'DEFICIÊNCIA VISUAL', 'DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL / MENTAL', 'DEFICIÊNCIA MOTORA / FÍSICA / PARALISIA CEREBRAL', 'DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA', 'SÍNDROME DE DOWN', 'TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO(TGD) / DO ESP.', 'ALTAS HABILIDADES E/OU SUPERDOTAÇÃO', 'DEFICIÊNCIA EM GERAL', 'VÁRIAS DEFICIÊNCIAS', 'ABE / SALA DE RECURSOS', 'AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA', 'BRILLE', 'CONCEITOS TEÓRICOS', 'CURRÍCULO ESCOLAR', 'PRÁTICA DOCENTE', 'FORMAÇÃO DO PROFESSOR', 'LÍBIAS', 'POLÍTICA EDUCACIONAL', 'RELAÇÕES INTERPESSOAIS', 'TECNOLOGIA ASSISTIVA', 'CONDIÇÃO DOCENTE', 'RECURSOS ASSISTIVOS', and 'ACESSO POR PÚBLICO ALVO'. The main content area is titled 'DEFICIÊNCIA VISUAL' and contains the text: 'Espaço onde estão identificadas teses e dissertações sobre Acessibilidade com foco na Deficiência Visual. Grupos visíveis: Todos os participantes. Ver lista Ver item único Busca Adescentar item'. Below this, there are search filters: 'Itens por página: 10', 'Buscar: [input]', 'Ordenar por: Ano de Publicação', 'Crescente', 'Busca avançada', and 'Gerar configuração'. The search results are displayed on 'Página: 1 2 3 4 (Primeiro)'. The results list includes titles such as 'INCLUSÃO DIGITAL E USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO DF: ESTUDO DE ACESSIBILIDADE NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO', 'LENDO E ESCRIVENDO NO ESCURO: LECTORES E AUTORES CEGOS E AS SUAS ESTRATÉGIAS PARA MANter A RELAÇÃO COM O TEXTO', 'AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE E DA USABILIDADE DE UM MODELO DE AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM PARA A INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS', 'A AVALIAÇÃO DA AUDIODSCRIÇÃO DE DESENHOS ANIMADOS: UMA PESQUISA EXPLORATÓRIA', 'A ACESSIBILIDADE DOS OBJETOS EDUCACIONAIS DE FÍSICA: POSSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL', 'FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO À SAÚDE E A VIDA EM ADOLESCENTES DEFICIENTES VISUAIS', and 'LYDIA CLARK - UMA EXPERIÊNCIA DE ARTE NA VIDA DE JOVENS CEGOS'.

Fonte: Portal GEINE de Inclusão Escolar – <www.geineufmg.com.br>

Ao escolher o título, o usuário encontrará o acervo pedido e ao escolher uma produção ele terá acesso aos seguintes dados: título do trabalho, nome do autor, nome do orientador, instituição/pós-graduação, data da defesa, ano de publicação, resumo, link do texto completo on-line acessível ao público em geral, endereço e-mail do autor e, quando encontrada no lattes, sua foto.

**Imagem 4 – Página do Portal GEINE de Inclusão Escolar – página de acesso a um resumo (exemplo dentre 906 trabalhos catalogados)**



## Portal GEINE de Inclusão Escolar

Página Inicial > Portal GEINE > ACESSIBILIDADE > DEFICIÊNCIA VISUAL

**NAVEGAÇÃO**

Página Inicial

- Página
- Página do site
- Como usar
- Portal GEINE
- Participantes
- Entendimentos
- ACESSIBILIDADE
- DEFICIÊNCIA AUDITIVA
- DEFICIÊNCIA VISUAL
- DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL / MENTAL
- DEFICIÊNCIA MOTORA / FÍSICA / PARALISIA CEREBRAL
- Ver lista
- Ver item inteiro
- Busca
- DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA
- SÍNDROME DE DOWN
- TRANSFERÊNCIA GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO (TGD) / DO EDP
- ALTAS HABILIDADES E/OU SUPERDOTAÇÃO
- DEFICIÊNCIA EM GERAL
- VÁRIAS DEFICIÊNCIAS
- AEE / SALA DE RECURSOS
- AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
- AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA
- BRILLE
- CONCEITOS TEÓRICOS
- CURRÍCULO ESCOLAR
- PRÁTICA DOCENTE
- FORMAÇÃO DO PROFESSOR
- LERIAS
- POLÍTICA EDUCACIONAL
- RELAÇÕES INTERPESQUISAS
- TECNOLOGIA ASSISTIVA
- FORMAÇÃO DOCENTE
- RECURSOS ASSISTIVOS
- ACESSO POR PÚBLICO ALVO
- Meus cursos

### DEFICIÊNCIA MOTORA / FÍSICA / PARALISIA CEREBRAL

Espaço onde estarão identificadas teses e dissertações sobre Acessibilidade com foco na Deficiência Física, motora ou Paralisia Cerebral

Grupos de usuários: Todos os participantes

Ver lista Ver item inteiro Busca Atualizar item

Página 1 2 3 4 5 6 7 (Próximas)

<b>Título:</b>	<b>INFLUÊNCIA DO MOBILIÁRIO NA COORDENAÇÃO MOTORA FINE E NO CONTROLE POSTURAL DE ALUNOS COM PARALISIA CEREBRAL</b>
<b>Autor:</b>	CODOGNO, FRANCIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA
<b>Instituição:</b>	UNESP/São Paulo
<b>Tipo:</b>	Tese
<b>Ano:</b>	2011
<b>Orientador:</b>	LIGIA MARIA PRESERDO BRACCIALLI
<b>Resumo:</b>	Uma postura sentada adequada, principalmente quando se trata de alunos com paralisia cerebral, parece favorecer uma melhoria funcional de membros superiores e, conseqüentemente, uma melhoria no desempenho motor, durante as atividades escolares e na aprendizagem. Este trabalho objetivou verificar a influência de adequação do mobiliário, na realização de uma tarefa de coordenação motora fina, e verificar o controle postural de alunos com paralisia cerebral, mediante a utilização de dois tipos de mobiliário: um semelhante a usado na escola e, outro, adaptado às suas necessidades antropométricas. O trabalho foi dividido em dois estudos. Estudo 1: Análise observacional das condições do mobiliário escolar, no ambiente escolar, e habilidades motoras finas em atividades escolares; e Estudo 2 - Influência do mobiliário adequado no desempenho da coordenação motora fina de alunos com paralisia cerebral. Participaram do Estudo 1 seis alunos com paralisia cerebral espástica, que frequentaram regularmente a escola e que possuíam habilidades motoras em pelo menos um dos membros superiores. Primeiramente, os seis alunos foram observados em suas respectivas escolas, e os dados foram analisados com a utilização de dois instrumentos, tendo sido ainda observadas e anotadas as condições dos mobiliários desses alunos. Do Estudo 2 participaram seis alunos, sendo realizada a análise de um traçado, por meio de uma mesa digitalizadora e do programa Microsoft® Excel. Os alunos tiveram a atividade de traçado: 18 vezes em cada mobiliário; 15 no mobiliário sem adequações (SA); 15 no mobiliário com adequações (CA) e 15 novamente no mobiliário sem adequações (SA). Também foi realizada análise da postura desses alunos por meio do programa Airimgem 2009. Os dados foram tratados estatisticamente e, em seguida, analisados. Trajetória total do centro de força, deslocamento lateral do centro de força, deslocamento do centro de força, deslocamento medio-lateral do centro de força, giro depressão no assento, área de contato no assento, pico de velocidade vertical, pico de aceleração vertical, jerk, stork, tempo de execução da atividade, pressão da caneta no papel, erro linear e tamanho absoluto da atividade de traçado. Foram igualmente analisados os ângulos de alinhamento da cintura escapular, alinhamento da cabeça e alinhamento glábea quinea. Como resultados do Estudo 1, concluiu-se que os alunos com comprometimentos mais severos necessitavam de auxílio físico, enquanto todos os alunos precisavam de adequações no mobiliário. Em relação ao Estudo 2, percebeu-se que todos os alunos apresentaram dificuldades na realização do traçado, sendo que o mobiliário adequado às necessidades antropométricas do aluno influenciou em algumas variáveis estudadas, porém nem todos os participantes demonstraram o mesmo desempenho. O grau de comprometimento dos alunos também influenciou nas variáveis estudadas. A análise postural também mostrou diferenças sendo que apenas um aluno não obteve melhorias posturais, mesmo com a adequação do mobiliário. Portanto, pode-se concluir que o mobiliário adequado é importante para o melhor posicionamento do aluno com paralisia cerebral, em decorrência, para a melhoria do rendimento desse aluno na escola. Porém, não só o mobiliário é importante, mas ainda o acompanhamento de outros profissionais na escola e um controle de adequação, na sala de aula e na escola, são ações em conjunto podem facilitar o desempenho e a funcionalidade desses alunos com paralisia cerebral.
<b>Agência Financiadora do Autor do Trabalho:</b>	AGÊNCIA FOMENTO EMPREGADOR - OUTROS
<b>Área de Conhecimento:</b>	ENSINO-APRENDIZAGEM
<b>Áreas Afins:</b>	EDUCAÇÃO; TECNOLOGIA EDUCACIONAL; EDUCAÇÃO ESPECIAL
<b>Linhas de Pesquisa:</b>	EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL
<b>Foto do Autor:</b>	
<b>Link:</b>	<a href="http://www.marilia.unesp.br/Inova/Pos-Graduacao/Educacao/Disertacoes/codogno_fis_01a_mai.pdf">http://www.marilia.unesp.br/Inova/Pos-Graduacao/Educacao/Disertacoes/codogno_fis_01a_mai.pdf</a>
<b>Email do autor:</b>	scifan2003@yahoo.com.br
<b>Contato@geine:</b>	

Fonte: Portal GEINE de Inclusão Escolar – <[www.geineufmg.com.br](http://www.geineufmg.com.br)>

Como a criação do Portal GEINE de Inclusão Escolar buscou proporcionar além do acesso rápido e fácil dos professores da educação básica das escolas comuns aos produtos científicos – teses e dissertações – da pós-graduação brasileira, foram incluídos no Portal GEINE de Inclusão Escolar canais de comunicação direta entre professores e pesquisadores, como disponibilização de Fórum de Debates, e-mail e comentários sobre os trabalhos para oferecer uma comunicação dialógica entre professores e pesquisadores. Além disso, possibilita a vinculação das novas pesquisas defendidas no banco de dados do Portal, sendo necessário contatar a coordenadora do projeto.

O caráter interativo do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) está localizado, principalmente, nas ferramentas do fórum de discussão e no espaço disponibilizado para os comentários abaixo de cada trabalho científico, de forma que o usuário pode registrar sua opinião sobre o trabalho e colocar questões sobre o mesmo que serão endereçadas ao autor pesquisador. O Portal continuará a ser alimentado com novas teses e dissertações que serão inseridas pelos próprios pesquisadores

na medida em que são defendidas e publicadas nos cursos de pós-graduação de todo o Brasil.

Outro exemplo da página do Portal GEINE de Inclusão Escolar:

### Imagem 5 – Página do Portal GEINE de Inclusão Escolar – pagina de acesso a um resumo (exemplo dentre 906 trabalhos catalogados)

The image shows a screenshot of the 'Portal GEINE de Inclusão Escolar' website. The page is titled 'Portal GEINE de Inclusão Escolar' and features a navigation menu on the left and a main content area on the right. The navigation menu includes categories like 'Navegação', 'Página inicial', 'Fórum', 'Páginas do site', 'Curso atual', 'Portal GEINE', 'Participantes', 'Emblemas', 'ACESSIBILIDADE', 'DEFICIÊNCIA VISUAL', 'DEFICIÊNCIA AUDITIVA', 'DEFICIÊNCIA VISUAL', 'DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL / MENTAL', 'DEFICIÊNCIA MOTORA / FÍSICA / PARALISIA CEREJRAL', 'DEFICIÊNCIA MULTÍPLA', 'SÍNDROME DE DOWN', 'TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO / DO ESP.', 'ALTAS HABILIDADES E/OU SUPERDOTAÇÃO', 'DEFICIÊNCIA EM GERAL', 'VÁRIAS DEFICIÊNCIAS', 'AEE - SALA DE RECURSOS', 'AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA', 'AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA', 'BRILLE', 'CONCEITOS TEÓRICOS', 'CURRÍCULO ESCOLAR', 'PRÁTICA DOCENTE', 'FORMAÇÃO DO PROFESSOR', 'LÍBRAS', 'POLÍTICA EDUCACIONAL', 'RELAÇÕES INTERPESSOIS', 'TECNOLOGIA ASSISTIVA', 'CONDIÇÃO DOCENTE', 'RECURSOS ASSISTIVOS', 'ACESSO POR PÚBLICO ALVO', and 'Mais cursos'.

The main content area is titled 'DEFICIÊNCIA VISUAL' and contains the following information:

Espaço onde estão identificadas teses e dissertações sobre Acessibilidade com foco na Deficiência Visual

Grupos visíveis: Todos os participantes

Ver lista Ver item único Busca Acrescentar item

Página (de 1 a 33) 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 ... 33 (Primeira)

**Título:** LYGIA CLARK - UMA EXPERIÊNCIA DE ARTE NA VIDA DE JOVENS CEGOS

**Autor:** NOGUEIRA, ANA CARLEN FRANCO

**Instituição:** UNIF SP São Paulo

**Typo:** Dissertação

**Ano:** 2011

**Orientador:** ELCI E APARECIDA FORTES SALZANO MASINI

**Resumo:** O presente trabalho investiga o significado de uma experiência de arte baseada nas obras de Lygia Clark, ocorrido em um ateliê para deficientes visuais, em parceria com o Projeto Acesso, Centro de Apoio Pedagógico Especializado ao Deficiente Visual, na cidade de São Paulo, Brasil. O objetivo da pesquisa foi o de analisar o que os alunos realizaram no ateliê de artes no período de fevereiro a junho de 2000 e por meio de entrevistas realizadas após dois anos da experiência no ateliê, colher depoimentos de dois jovens cegos concluintes sobre essa experiência artística, e o significado da mesma em suas vidas. A fundamentação desta dissertação contém uma revisão teórica sobre os conceitos de experiência, experiência estética e o corpo na experiência de espaço, com base em teóricos que seguem a mesma linha de pensamento da fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty. Para compreender o mundo da pessoa cega, baseamo-nos na abordagem fenomenológica acerca da pessoa com deficiência visual de Elisie Meiri. O projeto Lygia Clark foi fundamentado em pesquisadores que elaboraram estudos de suas obras e suas ligações com a fenomenologia merleau-pontiana, com descrição do contexto do ateliê de artes e o desenvolvimento de materiais adaptados a pessoas deficientes visuais. A análise das entrevistas - cuja linha diretriz foi experiência perceptiva dentro do ateliê - evidenciou que os alunos compreenderam a proposta do projeto Lygia Clark foram capazes de inventar novas formas de expressão. As reflexões sobre os significados da experiência no ateliê para os sujeitos da pesquisa permitem afirmar que, para eles, a arte foi importante como abertura para o mundo e ampliação do conhecimento.

**Agência Financiadora do Autor do Trabalho:** AGENCIA FOMENTO EMPREGADOR-OUTROS

**Área de Conhecimento:** SOCIAIS E HUMANIDADES

**Áreas Afins:** INTERDISCIPLINAR

**Linha de Pesquisa:** Formação do Educador para a Interdisciplinaridade

**Foto do Autor:**

**Link:** [http://tede.mackenzie.com.br/de\\_emp/works/TDE-2011-04-26T09:57:02-1150/Publica/vu%20Carmen%20Franco%20Nogueira.pdf](http://tede.mackenzie.com.br/de_emp/works/TDE-2011-04-26T09:57:02-1150/Publica/vu%20Carmen%20Franco%20Nogueira.pdf)

**Email do autor:** AC.NOGUEIRA@TERRA.COM.BR

**Considerações:**

Fonte: Portal GEINE de Inclusão Escolar – <[www.geineufmg.com.br](http://www.geineufmg.com.br)>

Observamos que o Portal não está ligado à nenhuma corrente de pensamento específica, contemplando apenas o que foi considerado pela comissão julgadora como conhecimento passível de contribuir para o processo de inclusão escolar do público alvo da educação especial.

O sistema fornece um espaço de Fórum de Debates, onde ocorre a interlocução necessária entre pesquisadores e professores do ensino fundamental e médio e possibilitará a utilização, operacionalização e organização de cada pesquisa, bem como de suas especificidades. Há também a previsão do levantamento de questões e dúvidas dos professores da educação básica sobre a inclusão escolar (questionário e/ou entrevistas).

## Considerações Finais

No cerne das discussões científicas no campo da educação especial / inclusiva, parece imprescindível oferecer elos de ligação entre as universidades e seus programas de pós-graduação e a escola básica de forma que o conhecimento científico produzido nos centros de referência em pesquisa possa cumprir eticamente a função norteadora da prática educativa. Abre-se o debate sobre os quais parâmetros, quais as prioridades e até mesmo como, para que e para quem produzir esse conhecimento.

Ao longo desses anos na formação de professores, observamos que a formação inicial de professores acaba por ser reconduzida e alimentada por um conhecimento ‘intuitivo’ (que é forjado no decorrer dos anos de escola dos próprios estudantes), e que, por uma série de limitações e determinações, eles não conseguem, com raras exceções, ir para além da intuição e da espontaneidade, principalmente por não perceberem as contradições do real e sua processualidade. Por essa razão, a intuição e a espontaneidade são elementos que não podem ser desprezados no processo formativo docente, principalmente, por acionarem a história de suas próprias vivências. Entretanto, observo que os conteúdos do curso, na maioria das vezes, passam pela trajetória dos alunos como algo desvinculado dessa experiência.

Retomando a questão que nos colocamos, inicialmente: qual a função social e transformadora o conhecimento, efetivamente construído nos programas de excelência científica, tem assumido na prática humana? Podemos verificar através desses 906 trabalhos que a produção científica pode contribuir para a qualidade da experiência de ensino do público alvo da educação especial, especialmente, do processo de inclusão escolar.

Quando a professora encontra uma questão em sua prática, ela não está sozinha, há uma turma diante dela. Ela precisa agir dentro de um complexo processo de aprendizagem da forma mais coletivizada possível e ser capaz de fazer a educação acontecer. Isso requer investimento pessoal e profissional dos docentes, uma vez que o trabalho do professor extrapola o uso da tecnologia e ultrapassa sua própria formação. Nem sempre no universo acadêmico os produtos científicos conseguem acesso à população em geral. Poucas são as teses e dissertações defendidas nas diversas e conceituadas pós-graduações do Brasil que se tornam livros ou artigos científicos e conseguem acesso impresso. A grande maioria resta nas Bibliotecas das Universidades e, agora, ficam à disposição do público que as requisita, publicadas de forma on-line em bancos de teses da própria universidade de origem ou

no Banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal da Educação Superior – CAPES.

Acredito que a relação entre teoria – vista aqui como o produto final de uma pesquisa no nível da pós-graduação –, e a prática – concebida como todo esse processo de formação do educador e sua prática educacional, pode contribuir de forma mediadora quando possibilita ao estudante ou ao professor da educação básica em sua sala de aula, não só intuir e agir, mas analisar criticamente a dialeticidade de sua vida concreta e histórica, a partir da experiência de pesquisas científicas que lhe deem elementos de percepção dos processos históricos mais amplos e complexos com os quais esse estudante ou professor da educação básica possa refletir os mais simples (aparentemente) vivenciados no cotidiano da relação com o aluno com deficiência, sua turma e toda a comunidade escolar. Nessa visão, o desafio dos pesquisadores, estudantes e professores da educação básica passa a ser conseguir acionar, através dessas ricas e complexas mediações, o acesso às pesquisas para reflexionar a prática e produzir os doces frutos do conhecimento: a aprendizagem e o desenvolvimento.

O Portal GEINE de Inclusão Escolar é uma iniciativa que poderá acompanhar os professores da educação básica e estudantes das licenciaturas em seus estágios e monitorias. Constituído a partir da reunião das pesquisas consideradas pertinentes ao processo de inclusão escolar, permite a organização a organização do conhecimento, a localização e apropriação dos principais conceitos, dos fundamentos teóricos mais utilizados, da contextualização e, principalmente, das conclusões e possíveis resultados práticos. Ele é, agora, ferramenta fundamental para a elaboração de artigos científicos para divulgação dos resultados. Os dados aqui relatados refletem a realidade do universo selecionado por uma equipe de pesquisadores e professores da educação básica que acreditam ser trabalhos relevantes que podem contribuir para a formação inicial e continuada de professores da educação básica. Além disso, o Portal GEINE evidencia o interesse e o comprometimento de pesquisadores de todo o Brasil, mas é bom, novamente registrar que não representa as demandas da sociedade e o universo de produção de conhecimento ainda por ser construído.

Espera-se que os próprios pesquisadores, ao defenderem suas teses e dissertações, cadastrem seus trabalhos no Portal GEINE de Inclusão Escolar, por estarem interessados a divulgar os resultados de suas pesquisas e dialogar com professores da educação básica, para receber um “feedback” da pesquisa.

Em decorrência da missão de pesquisa, procuramos dar uma resposta positiva e duradoura, à altura de nossa responsabilidade buscando, através deste relato de pesquisa, oferecer uma pequena contribuição para a área da Educação Especial, na perspectiva da formação de professores, diante das especificidades da demanda universitária que se instalou nos últimos anos. Acreditamos que iniciativas, como esta, poderão favorecer futuras análises e a circulação do conhecimento para a formação dos educadores da escola básica no processo de inclusão escolar.

Convidamos você a conhecer o Portal GEINE de Inclusão Escolar e continuamos contando com seu apoio para divulgação do Portal.

**Profa. Dra. Regina Célia Passos Ribeiro de Campos**  
**Coordenadora do Projeto APQ CHE 03511/12**  
**Coordenadora do Grupo Interdisciplinar de**  
**Estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades**  
**Educacionais Especiais – GEINE/FAE-UFMG**





## REFERÊNCIAS

ANTUNES, K.; GLAT, R. Formação de professores na perspectiva da educação inclusiva: os cursos de pedagogia em foco. In: PLETSCHE, M.; DAMASCENO, A. *Educação Especial e Inclusão Escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico*. Rio de Janeiro-RJ: Seropédica/ Edur/UFRRJ, 2011, p. 188-201.

ARAÚJO, S. *A família e o desenvolvimento da criança cega*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia - UFBA-BA. Orientação de Theresinha Guimaraes Miranda, Salvador-BA, 2012.

BARBOSA, A.; MOREIRA, P. Deficiência mental e inclusão escolar: produção científica em Educação e Psicologia. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 15, n. 2, p. 337-352, Agosto 2009.

BATISTA, L.; CAMPOS, R.C. Portal GEINE de Inclusão Escolar: ambiente virtual de aprendizagem para formação de professores. *XII Ciclo de Debates sobre Educação Inclusiva*, 09-11 de setembro de 2015, Faculdade de Educação UFMG. (publicação em CDROM).

BATISTA, L.; CAMPOS, R.C. Portal GEINE de Inclusão Escolar. *Semana do Conhecimento: luminosidades* – UFMG, 20 a 27 de outubro de 2015, Faculdade de Educação UFMG.

BEZERRA, M. L. *Inclusão de pessoas com deficiência visual na escola regular: bases organizativas e pedagógicas no estado do Acre*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais UFMG. Orientação de Aracy Alves Martins, Belo Horizonte-MG, 2011. [P]  
[SEP]

BIET, Jr.; CAMPOS, R.C. A Teoria como subsídio para a prática educativa. *XI Ciclo de Debates sobre Educação Inclusiva*, 09-11 de setembro de 2014, Faculdade de Educação - UFMG.

BRASIL. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL

DO ENSINO SUPERIOR. CAPES. Tabela de áreas do conhecimento. Publicado em 11/07/2012. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/imagens/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento\\_072012.pdf](http://www.capes.gov.br/imagens/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_072012.pdf)>. Acesso em: 31 jul. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. Resolução 04/2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. 02 de outubro de 2009.

BRASIL. MEC Nota Técnica de 07 de maio / 2010 <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17430&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817)>.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005. Brasília-DF: Edições Câmara. 25 de junho de 2014.

CANDAU, V., LELIS, I. A relação teoria-prática na formação do educador. In: CANDAU, V. M. (Org.) *Rumo a uma nova didática*. Petrópolis-SP: Vozes, 2008, p. 49-73.

CAMPOS, R. C; MARTINS, T., FORTES, D. PEREIRA, J.; BIET Jr. P. Análise das teses publicadas em 2012 na capes: circulação do conhecimento para inclusão escolar. *VI Congresso Brasileiro de Educação Especial – VI CBEE*, de 01-04 de novembro/2014, Programa de Pós-graduação em Educação Especial - UFSCAR, São Carlos-SP (Apresentação oral). Disponível em: <[http://proceedings.galoa.com.br/cbee/trabalhos/analise\\_das\\_teses\\_publicadas\\_em\\_2012\\_na\\_capes\\_circulacao\\_do\\_conhecimento\\_para\\_inclusao\\_escolar](http://proceedings.galoa.com.br/cbee/trabalhos/analise_das_teses_publicadas_em_2012_na_capes_circulacao_do_conhecimento_para_inclusao_escolar)>.

CAMPOS, R. C. VII Congresso Brasileiro de Educação Especial – VII CBEE, de 01-04 de novembro/2016. Programa de Pós-graduação em Educação Especial – UFSCAR, São Carlos-SP (Apresentação oral) Disponível em: <<http://proceedings.galoa.com.br/cbee/trabalhos/>>.

CAMPOS, R. C. (Org). *Deficiência Visual e Inclusão Escolar: desfazendo rótulos*. Curitiba: CRV, 2016.

CAMPOS, R. C. Lançamento do Portal GEINE de Inclusão Escolar. *Anais do*

*XII Ciclo de Debates sobre Educação Inclusiva*, 09-11 de setembro de 2015, Faculdade de Educação UFMG. (Apresentação Oral - publicação em CDROM).

CAMPOS, R. C. O Portal Online de Inclusão Escolar: interação teoria e prática para a formação de professores da rede pública de Educação básica de Minas Gerais – Brasil, *XXII Congreso Internacional de Educación y Aprendizaje*. Julio 2015, Universidad CEU San Pablo, em Madrid-Espanha (resumo).

CHAUÍ, M. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 1980.

DEMO, P. *Saber pensar*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2005.

DI GIORGI, C. Concepções do Banco Mundial e outros organismos internacionais sobre educação: problemas e contradições. *Nuances*, São Paulo: Unicamp, v.II, 1996, p. 15-21.

FARIA FILHO, L. (Org.). *Pensadores Sociais e História da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FREITAS, S. *Tendências contemporâneas de inclusão*. Santa Maria-RS: Editora UFSM, 2008.

FÜRKOTTER, M.; DI GIORGI, C.; MORELATTI, M. R.; LEONE, N.; LIMA, V.; LEITE, Y. O que a Formação Contínua deve contemplar? o que dizem os professores. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 849-869, jul./set. 2014.

GLAT, R.; PLETSCH, M. O papel da universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. *Educação Especial*. Santa Maria, v. 23, n. 38, set/dez. 2010, p. 345-356.

GLAT, R.; ANTUNES, K. Pesquisa em Educação Especial: reflexões sobre os sujeitos, ética e metodologia. In: TAQUETTE, S.; CALDAS, C. (Orgs.) *Ética em Pesquisa com populações vulneráveis*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, p. 267-292.

HAYASHI, M.C.; SILVA, M.; HAYASHI, C. R.; FERREIRA JR., A.; FARIA, L. Competências informacionais para a análise bibliométrica em educação e educação especial. *Educação Temática Digital – ETD*. Campinas-SP, v. 7, n. 2, dez. 2005, p. 11-27.

KASSAR, M.; ARRUDA, E.; SANTOS, M. Políticas de Inclusão: o verso e o reverso de discursos e práticas. *II Seminário de Pesquisa em Educação Especial*. Marília-SP. ABPEE, 2006, v. 1, p. 1-13.

KASSAR, M. Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. *Educar em revista*. Curitiba-PR, Editora UFPR, v. 41, jul./set. 2011, p. 61-79.

JANUZZI, G. M. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2004.

JESUS, D.; VIEIRA, A. Políticas e práticas inclusivas no ensino fundamental: das implicações nacionais às locais. *Educar em revista*. Curitiba-PR, v. 41, jul/set. 2011, p. 65-108.

KHUN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva. (Coleção Debates), 1994.

LEONARDO, N.; BRAY, C. e ROSSATO, S. Inclusão Escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABEE)*, v. 12 n. 2, Jul./Dez. 2008, p. 431-440. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382009000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382009000200008)&gt;. Acesso em: 28 mar/2015.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, P. *Educação Inclusiva: indagações e ações nas áreas da educação e da saúde*. São Paulo: Avercamp, 2010.

LIMA, P. *Educação Inclusiva e Igualdade Social*. São Paulo: Avercamp, 2006.

LIMA, A. *Abordagem metodológica para avaliação da usabilidade de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual*. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica). Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Campina Grande-PB. Orientação de Maria de Fátima Queiroz Vieira, Campina Grande-PB, 2012.

LOPES, A. Estratégias de mediação para o ensino de matemática com objetos de aprendizagem acessíveis: um estudo de caso com alunos com deficiência visual Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Informática na Educação do Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientação de Rosa Maria Vicari, Porto Alegre-RS, 2012.

MANZINI, E. Análise de artigos da Revista Brasileira de Educação Especial (1992-2002). *Revista brasileira de Educação Especial*. v. 9, n. 1, 2003, p. 13-24.

MANZINI, E. *Inclusão do aluno com deficiência na escola: os desafios* continuam. Marília-SP: ABPEE, 2007.

MANZINI, E. O uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. *Percurso*. Maringá-SP, v. 4, n. 2, 2012, p. 149-171.

MANZINI, E.; FUJISAWA, D. *Jogos e recursos para comunicação e ensino na educação especial*. Marília-SP: ABPEE, 2010.

MELETI, S.; BUENO, J.G. O impacto das políticas públicas de escolarização de alunos com deficiência: análise dos indicadores sociais no Brasil. *Linhas Críticas* Brasília-DF, v. 17, n. 33, mai./ago. 2011, p. 367-383.

MENDES, E. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, set./dez. 2006, p. 387-559.

MENDES, E. Pesquisa sobre Inclusão Escolar: revisão da agenda de um grupo de Pesquisa. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, SP: UFSCAR, v. 2, n. 1, p. 3-22, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

MENDES, E.; ALMEIDA, M. A. *A pesquisa sobre inclusão escolar nas suas múltiplas dimensões*. Marília-SP: ABPEE, 2012.

MENDES, E.; CIA, F. Constituição de uma rede colaborativa de pesquisa: o Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP). Ciências Humanas

e Sociais em Revista. Rio de Janeiro: Edur, v. 34, n. 12, jan./jul. 2012, p. 13-29.  
MENDES, E.; MARQUES, L.; LOURENÇO, G. A abordagem colaborativa em pesquisa na educação especial: aliando produção de conhecimento com formação e prestação de serviço. In: MENDES, E. G; ALMEIDA, M. A. (Org.). *A pesquisa sobre inclusão escolar em suas múltiplas dimensões: teoria, política e formação*. Marília: Editora ABPEE, 2012, v. 1, p. 383-395.

MINAYO, M. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro-RJ: Vozes, 2010.

MIRANDA, T.; GALVÃO FILHO, T. *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*. Salvador-BA: EDUFBA, 2012.

MORIN, Edgar. *A Religação dos Saberes: o desafio do século XXI*. 5a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NUNES, L., FERREIRA, J., MENDES, E. Teses e dissertações sobre Educação Especial: os temas mais investigados. In: MARQUEZINI, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Orgs.). *Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial*. Londrina: Eduel, 2003, p. 113-135.

OLIVEIRA, A.; OMOTE, S.; GIROTO, C. *Inclusão Escolar: as contribuições da Educação Especial*. São Paulo-SP: Cultura Acadêmica / Fundepe, 2008.

OMOTE, S. A produção acadêmica em Educação Especial. In: OMOTE, S., OLIVEIRA, A.A.; CHACON, M. (Orgs.). *Ciência e conhecimento em Educação Especial*. São Carlos: Marquezine & Manzini/ABPEE, p. 13-23, 2014.

PESSOTTI, I. *Deficiência mental: da superstição à ciência*. Marília-SP: ABPEE, 2012.

PIMENTEL, M. G. *Inclusão digital e usuários com deficiência visual no DF: estudo de acessibilidade na sociedade da informação*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília-UnB-DF. Orientação de Emir Jose Suaiden, 2011.

PLETSCH, M. A formação de professores para a educação Inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados das pesquisas. *Educação em*

*revista*, n. 33, Curitiba-PR, p. 143-156, 2009.

PRIETO, R. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas no Brasil. In: ARANTES, V. *Inclusão Escolar: pontos e contrapontos*. SP: Summus, p. 31-73, 2006.

PRIETO, R.; PAGNEZ, K.; GONZALEZ, R. Educação Especial e Inclusão Escolar: tramas de uma política de implantação. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 39, n. 3, 2014, p. 725-743.

RAHME, M. *Laço social e Educação: um estudo sobre os efeitos do encontro com o outro no contexto escolar*. Belo Horizonte-MG: Traço Fino, 2014.

SCHITTINE, D. V. *Lendo e escrevendo no escuro: leitores e autores cegos e as suas estratégias para manter a relação com o texto*. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ. Orientação de Eliana Lucia Madureira Yunes, 2011.

SILVA, R; GAMBOA, S. Análise Epistemológica da pesquisa em Educação Especial: a construção de um instrumental de análise. *Atos de pesquisa em Educação*, v. 6, n. 2, mai./ago. 2011, p. 373-402.

SOUZA, J.V. *Formação de professores para a educação básica: dez anos da LDB*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VALLEJO-GOMEZ, N. Reflexões preliminares para articulação dos saberes. In: TRINDADE, H.; BLANQUER, J-M. (Orgs.) *Os desafios da educação na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 227-237.

VENTORINI, S. *Representação gráfica e linguagem cartográfica tátil: estudo de casos*. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade do Estado de São Paulo - UNESP. Orientação de Maria Isabel Castreghini de Freitas Viadana, 2012.

VILLERS, D. Du maitre d’application à l’instituteur maitre formateur, des conceptions différentes? In : RAYMOND, D. y LENOIR Y. , *Enseignats de métier et formation initiale, des changements dans les rapports de formation à l’enseignement*, Bruxelles : De Boeck Université, 1998.

VITA, A. C. *Análise instrumental de uma maquete tátil para a aprendizagem de probabilidade por alunos cegos*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação Matemática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Orientação de Sandra Maria Pinto Magina, 2012.

TARDIF, M.; LESSARD, C.; LAHAYE, L. Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente. *Teoria & Educação*, v. 4, 1991, p. 215-233.

ZABALA, A. *A prática Educativa: como ensinar* Porto Alegre: Artmed, 2002.

Tiragem: 500 [Não comercializado]

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12 X 19 cm

Tipologia: Times New Roman 11,5/10,5/8,5/16/18

Arial 7,5/8/9

Papel: Offset 90 g (miolo)

Royal Supremo 250 g (capa)